Documento de Trabalho

Observador Rural

AGRICULTURA FAMILIAR EM MOÇAMBIQUE: IDEOLOGIAS E POLÍTICAS

João Mosca

Nº 24

Fevereiro 2015

O documento de trabalho *(Working Paper) OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito ao Observatório do Meio Rural.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final.

Promoverei o aumento de investimentos públicos e privados à agricultura, a pecuária e pesca. Uma atenção particular será dada ao sector familiar, que sustenta a maioria da população moçambicana. Prosseguirei políticas de incentivos aos camponeses que permitam elevar a produção e a produtividade agrarias. Apostaremos na industrialização da nossa agricultura. Moçambique, tem todas as condições para ser uma potência agrícola na região.

Intensificaremos a produção de alimentos e o seu acesso pelo cidadão de modo a garantir a segurança alimentar e nutricional. A alimentação condigna não deve constituir um privilégio. Ela é um direito humano básico que assiste a todos os moçambicanos", discurso oficial na cerimónia de investidura do Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi.

É com expectativas positivas que a direcção do Observatório do Meio Rural (OMR) observou o discurso do Presidente Filipe Nyusi aquando da tomada de posse do governo, no que se refere à prioridade para e dentro da agricultura.

O trabalho de pesquisa, as publicações, debates, organização de seminários e conferências e actividades de advocacia do OMR, têm persistido no papel do sector familiar na produção alimentar, no desenvolvimento sustentado em Moçambique e na transformação estrutural do sector e em particular do sector familiar. Esta estratégia de trabalho do OMR está em completa convergência com as palavras do Presidente Nyusi.

AGRICULTURA FAMILIAR EM MOÇAMBIQUE: IDEOLOGIAS E POLÍTICAS[1]

João Mosca[2]

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar[3] em Moçambique constitui a actividade económica que ocupa grande parte da população, podendo alcançar mais de 75% dos cidadãos.

Os sistemas de produção "tradicionais[4]" sofreram, ao longo de décadas, diferentes níveis de transformação em consequência da intensidade de penetração do capital no meio rural, sobretudo o agrário e o comercial e o da extracção de recurso naturais. A urbanização, motivada por diferentes razões, económicas e não-económicas, tem provocado êxodos de diferentes dimensões sem serem acompanhados das transformações estruturais que permitam o aumento da produção e produtividade, para suprir a demanda de alimentos das cidades, o que é agravado por taxas de crescimento populacional, geralmente elevadas[5]. Não só não houve mudanças estruturais na agricultura, como não houve um processo de industrialização que gerasse emprego para absorção do aumento demográfico. Em consequência, desenvolve-se uma economia informal, primeiro nas cidades e depois no campo.

Grande parte dos governos africanos não tem optado por políticas que favoreçam a agricultura. Em consequência, os níveis de pobreza permanecem elevados há décadas. A insegurança alimentar e a necessidade de ajuda alimentar são cíclicas devido a vários factores, como por

---

[1] Este texto foi inspirado e é uma adaptação/ampliação do capítulo intitulado *Marginación y mecanismos de integración/resistencia de la agricultura familiar en Mozambique*, publicado na revista. Agricultura Familiar en España. ANUARIO 2014, da Fundación de Estudios Rurales. Unión de Pequeños Agricultores y Ganaderos (UPA). Madrid. Os meus agradecimentos aos editores pela autorização de tomar o texto mencionado como base para o presente artigo.

[2] Observatório do Meio Rural, Maputo. Universidade Politécnica, Maputo.

[3] Os conceitos de agricultura familiar, produtores de pequena escala, pequenos produtores, produtores de mercadorias e camponeses, embora com matizes conceptuais, são, neste texto, considerados como sinónimos.

Neste texto não se definem estes conceitos, nem se abordam as suas lógicas produtivas e reprodutivas. Serão considerados, como tal, os produtores agrários de pequena escala, cuja produção é intensiva em mão-de-obra, sobretudo familiar, pouco integrados no mercado de factores (insumos, máquinas e dinheiro – terra, trabalho assalariado e outras fontes de rendimento não-agrícola), que produzem, essencialmente, para a reprodução da família, enquanto unidade económica e social, que nem sempre possuem o mercado como a única e mais importante referência nas suas opções produtivas, que não têm, necessariamente, o lucro como o principal objectivo e, sempre que podem, complementam os rendimentos agrários com outros, dentro ou fora do sector. Para um estudo teórico sobre esta temática, veja, por exemplo, Shanin (1971), Harriet Friedman (1980), Servolin (1989 e 1989a), Normam Long (1989). Este debate remonta aos teóricos russos de fins de século XIX, onde Chayanov e, numa outra perspectiva, Kautsky, entre outros, são considerados clássicos.

Em Moçambique, segundo a Missão de Inquérito Agrícola (1973), 99,3% das explorações em 1970 possuía menos de 10 hectares; em 2009, perto de 99,6% das explorações encontravam-se no mesmo escalão de tamanho de área. Um estudo do Ministério da Agricultura (2008) revela que a área média cultivada pelas famílias camponesas variou, entre 1996 e 2002, de 0,35 para 0,40 hectares por AE (Adulto Equivalente).

Para uma breve caracterização dos pequenos produtores agrícolas em Moçambique, veja Uaiene (2012).

[4] Os sistemas de produção são entendidos neste texto, como as lógicas produtivas e de decisão das produções no conjunto das explorações e considerando os objectivos a maximizar/minimizar no quadro da reprodução social e económica das famílias integradas nos sistemas de poder das comunidades.

[5] Mosca revela que, entre 1961 e 2012, o total da produção interna *per capita* de milho, mandioca, arroz, sorgo/mapira diminuiu em 12%. Retirando o contributo da mandioca, verificou-se uma redução de 18%.

exemplo, políticas adversas ("não amigas") ao sector, conflitos e deslocados de guerra, efeitos das mudanças climáticas, sendo África das zonas de maior risco. Os países africanos possuem os piores índices de desenvolvimento humano. Os mecanismos de dependência económica de longa duração e consolidados após as independências, com alianças de interesses diversos[6], fazem persistir, no essencial, as estruturas económicas e sociais ao longo de décadas.

A FAO tem alertado para cenários futuros de escassez de alimentos à escala mundial e correspondente subida dos preços, colocando os países e as populações de rendimentos baixos em grande vulnerabilidade à pobreza e fome. Essa é uma das justificações para a corrida à compra de terras no mundo e de reservas hídricas, fenómeno com incidência especial em África.

As Nações Unidas declararam 2014 como o ano internacional da agricultura familiar. O Director-geral da FAO declarou num discurso nas Nações Unidas:

> *Necessitamos reposicionar a agricultura familiar de forma que ocupe um lugar prioritário nos programas nacionais e regionais.*
>
> *… nada se assemelha mais ao paradigma da produção alimentar sustentável que a agricultura familiar. Os agricultores familiares desenvolvem habitualmente actividades agrícolas não especializadas e diversificadas que lhes outorga um papel fundamental na garantia da sustentabilidade do meio ambiente e na conservação da biodiversidade.*

Têm surgido algumas iniciativas para incentivar a produção agrícola em África[7]. Todas elas assentam no paradigma da modernização da agricultura com intensificação em capital, em geral desadaptado relativamente aos sistemas de produção e às lógicas reprodutivas económicas e sociais dos destinatários, dos produtores locais, os camponeses[8].

Estas iniciativas podem enquadrar-se no âmbito dos cenários de escassez de terra e água no planeta a longo prazo, com consequências sobre os preços de alimentos. A verificarem-se estes cenários, os mais afectados seriam os países pobres e as populações de renda baixa, principalmente os pequenos produtores, em detrimento das cadeias de valor do agronegócio e na compra/ocupação de terra, fenómenos já com graves consequências em muitas partes do mundo (*land grabbing*). São iniciativas que fazem parte do processo de globalização do sistema agroalimentar na economia mundial integradas no *agrobusiness* internacional através de empresas multinacionais que procuram produzir *commodities* em espaços com vantagens comparativas, sobretudo terra, mão-de-obra barata, proximidade dos destinos dos futuros grandes centros consumo e de bens alimentares industrializados, para além das facilidades de investimento e da

[6] As alianças incluem, quase sempre, interesses de forças externas e internas e podem ser de uma ou várias naturezas.

[7] São os casos do New Economic Partnership for Africa's Development (NEPAD), a Revolução Verde Africana (RVA) e, mais recentemente, no âmbito do G8, a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutrição e o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento Agrícola em África (CAADP). Em 2006, "os Estados membros da União Africana resolveram aumentar o nível do uso dos fertilizantes de uma média de 8 quilogramas por hectare para, pelo menos, 50 quilogramas por hectare, antes do ano 2015", Declaração de Abuja-Nigéria sobre a Revolução Verde Africana. Anteriormente, em 2003, os presidentes africanos assinaram a Declaração de Maputo que sugere a alocação de 10% do PIB ao orçamento do Estado dedicado à agricultura e ao desenvolvimento rural, em Mosca (2014a).

[8] Este tema possui uma longa tradição e debate nos meios académicos. Já em finais do século XIX, na Rússia czarista, existiu o contributo clássico nesta área de conhecimento através da obra de Chayanov "A organização da unidade económica camponesa" (tradução de uma edição espanhola). Seguiu-se, antes e depois da revolução bolchevique, o debate entre Bukarine, Preobashensky, Kautsky e Lenine, entre outros. Posteriormente, o debate foi retomado com os movimentos anarco-sindicalistas (por exemplo, em Espanha), com os contributos de autores franceses e latino-americanos. A discussão ampliou-se, mais recentemente, com as dimensões da economia e sociologia associadas à agroecologia.

envolvente política e social que assegure a segurança do investimento. Moçambique, no contexto africano, ocupa uma posição vantajosa, o que justifica ser o terceiro país, após a Etiópia e o Sudão, na procura de terras em África. Pode considerar-se que está em curso o aprofundamento da divisão internacional do trabalho que revitaliza os mecanismos de reprodução da dependência e as características estruturais das economias pobres.

Muitos governos africanos têm recebido estas iniciativas com entusiamo, na expectativa de entradas de capitais e da criação do capitalismo agrário, em muitos casos beneficiando as elites de que fazem parte. Internamente, diversas estratégias foram adoptadas sem que as funções essenciais da agricultura nas economias em desenvolvimento (sobretudo em África) fossem asseguradas[9].

Estas realidades são, todavia, mais acentuadas em países ricos em recursos naturais, onde se têm verificado conflitualidades políticas e sociais, maiores níveis de desigualdade social em desfavor do meio rural e dos camponeses, maiores êxodos rurais e défices alimentares crescentes. As políticas "não amigas" da agricultura e dos pequenos produtores e as políticas de *urban bias* agravam a crise de longa duração da agricultura africana e da moçambicana.

Este artigo aborda a marginalização/resistência/integração dos camponeses em Moçambique em diferentes contextos políticos e económicos conforme a história recente do país. Refere de que forma a marginalização se verifica, com ênfase para as políticas e opções no contexto dos modelos de desenvolvimento experimentados. Verifica em que medida, e em que sentido, se têm operado transformações estruturais na agricultura no quadro geral do desenvolvimento. Finalmente, o texto pretende identificar e explicar se as incongruências entre os discursos e a prática das políticas agrárias e económicas estão associadas a ideologias e alianças económicas em benefício das elites locais.

2. MARGINALIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES

2.1 Breve enquadramento e políticas/estratégias

Os pequenos produtores foram, sistematicamente, secundarizados ou mesmo marginalizados. Imediatamente após a independência, e num ambiente de implantação radicalizada da socialização do meio rural, pode-se ler em Mosca (2011:84): "As críticas fundamentam-se, principalmente, afirmando que o apoio à produção agrária de pequena escala fomentava o desenvolvimento da produção individual, cujos camponeses se poderiam transformar em capitalistas, tal como acontecera com os *kulaks* em alguns países africanos. Este apoio chegou a ser considerado reaccionário, conforme refere Negrão (2001: 57). Segundo Casal (1991: 64), estas

[9] Como, por exemplo, assegurar níveis ajustados de segurança alimentar, aumentar o rendimento das famílias e contribuir para a exportação. Criar excedentes produtivos e poupanças para permitir a transformação estrutural da agricultura e da economia no sentido da industrialização. Esta transformação pressupõe a transferência de recursos da agricultura para o conjunto da economia e do meio rural para as cidades, tendo como base o aumento da produtividade que permite a passagem dos factores trabalho e capital para os sectores mencionados, sem gerar crises alimentares e empobrecimento da agricultura e do meio rural.
Além destas funções de natureza económica, existem outras como seja o contributo de uma alimentação equilibrada (redução da subnutrição) no melhoramento dos índices de mortalidade infantil, na esperança de vida, no desenvolvimento físico e cognitivo das crianças e jovens, no combate às epidemias e no bem-estar dos cidadãos.
Finalmente, e não menos importante, o aumento da produção e produtividade agrícola que se realiza com a participação de mais de 70% da população e que constitui a principal fonte de rendimento familiar, contribui para a criação de riqueza numa base social alargada, para a equidade e reduz os riscos de conflitualidade social.

críticas surgiram também do mais alto órgão do[10] Partido em 1978: o relatório do órgão máximo da Frelimo entre duas reuniões do Comité Central da FRELIMO, na sua 4ª sessão, "chama à atenção para os ´desvios chauvinistas dos socialismos específicos´, rejeitando a ideia de que possa existir um socialismo africano ou um socialismo moçambicano".

No contexto de então, e segundo a concepção teórica aplicada de forma radical na ex-URSS leninista (que a famosa Nova Política Económica – NEP procurou corrigir) e a composição de classes numa sociedade socialista, os camponeses eram considerados uma classe social em transição para operários agrários, tanto nas cooperativas como nas empresas estatais. Portanto, a prazo, deixaria de haver camponeses individuais proprietários de terras e de meios de produção (capital). Os camponeses eram considerados individualistas em sistemas políticos assentes no paradigma colectivista.

Os camponeses, segundo o ortodoxismo mais radical marxista, eram considerados uma classe politicamente reaccionária e economicamente conservadora[11]. Reaccionária, por ser individualista e apegada à propriedade da terra e com dificuldade de se estruturar para a defesa dos interesses de classe e, por isso, incapaz de encabeçar um processo revolucionário. Conservadora, por ser considerada resistente às transformações estruturais, à propriedade colectiva da terra e dos meios de produção (capital), à inovação e modernização (incluindo devido à escala produtiva e divisibilidade de alguns factores de produção) e, portanto, com dificuldade de integração no modelo socialista colectivista assente na grande propriedade estatal e cooperativa. No entanto, as experiências dos movimentos independentistas e revolucionários com origem no meio rural recolocam esse debate, sobretudo após a revolução chinesa e sua influência em alguns países africanos, nomeadamente Moçambique.

Nos países como Moçambique, onde a teoria marxista não previa a revolução socialista (ou era tida como improvável/impossível[12]), inspirados em algumas experiências, sobretudo na revolução chinesa, supunha-se o contrário. Aceitava-se, ou acreditava-se, na natureza revolucionária dos camponeses (principais contribuintes e sacrificados das lutas independentistas) e supunha-se a possibilidade da transformação dos camponeses em operários agrícolas e em cooperativas com base na propriedade colectiva da terra e dos principais meios de produção (empresas estatais e

[10] Primeiro, o Comité Político-Militar, depois designado de Comité Político Permanente e, posteriormente, por Bureau Político.

[11] Sobre este debate, veja-se, por exemplo, Shanin (1983) e Wolf (1970), para além do debate ao longo do século XX (referido anteriormente).

[12] Segundo Marx, o socialismo surgiria, em primeiro lugar, nos países capitalistas mais avançados, onde as contradições entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas seriam mais agudas. Seria a classe operária, resultante da industrialização, a classe social que dirigiria a revolução. Acontece que a primeira revolução socialista ocorreu na Rússia, um dos países então mais atrasados da Europa. Para estudo de um caso da transição do feudalismo para o capitalismo, veja a obra clássica *Dezoito de Brumário* de Karl Marx.

cooperativas). Este suposto ideológico é evidente nos debates, (principalmente em Cabo Delgado[13]), sobre a organização dos camponeses em "blocos" [14] em 1979.

Negrão (2001) refere-se também a este assunto e relaciona o debate dos blocos em Moçambique com o existente na Rússia nos finais do século XIX e, posteriormente, com a tomada do poder pelos bolcheviques. Considera que em Moçambique, como na URSS, é um debate ideológico em relação ao qual Samora Machel não tomou posição (pelo menos pública), o que se justifica, segundo Negrão, pela visão pragmática do Presidente. Refere, no entanto, que Samora está mais próximo do conceito de camponês de Mao Tsé-Tung, que considerava o campesinato como "uma força revolucionária porque inimigo dos latifundiários e base de acumulação de capital de que deveriam ser beneficiários", enquanto os socialistas europeus (Lenine e Estaline) referiam que "quando os pobres do campo integravam as suas terras em cooperativas, passavam a ser considerados como aliado úteis da classe operária, só se constituindo em aliança de classe quando se transformassem em proletariado rural", Negrão (2001: 56).

[13] Transcrevem-se partes do Boletim Provincial nº 1 de Cabo Delgado que emite uma nota explicativa sobre a teoria dos blocos analisada na III Sessão do Comité Provincial.

"2-Esta teoria, aliciante pelo seu modo de formulação, parte contudo de premissas erradas, principalmente na caracterização do campesinato africano e, em particular o moçambicano. Senão vejamos:

- Esta teoria ignora que em Moçambique quem desencadeou a Guerra, a desenvolveu e ganhou foi o campesinato em aliança com outras classes, em particular a classe operária;
- Na criação das zonas libertadas, o Poder Popular aí instaurado, o conteúdo revolucionário que assumiu, deveu-se principalmente ao camponês;
- Esta teoria não tem em conta que a classe operária ainda está na fase de organização e, por isso, não é dominante na aliança operário-camponesa;
- São os camponeses, no decurso destes quatro anos de independência que garantem o evoluir do processo revolucionário;
- Esta teoria ignora que os camponeses aceitavam, na fase inicial, a machamba colectiva sem perspectiva de cooperativização e que agora a sua aceitação neste quadro se torna mais favorável;
- A tese da teoria dos blocos faz correr o risco, quase inevitável, de sermos nós próprios a criar uma classe de pequenos capitalistas rurais dado que o seu desenvolvimento não garante à partida a cooperativização, para além de liquidar a produção familiar como meio fundamental de apoio auxiliar à economia dos camponeses.

3. Por isso, no decurso das discussões havidas no Governo Provincial alargado, concluiu-se que éramos contrários à política dos blocos como via para promover a socialização do campo e que o campesinato está pronto a aceitar a cooperativização partindo, na forma inicial, pela machamba colectiva. Os blocos deveriam ser apenas introduzidos como uma das técnicas capazes de aumentar a produtividade nos trabalhos agrícolas e protecção do solo contra a erosão.

4. Por este motivo, a III sessão do Comité Provincial, ao analisar esta "teoria" concluiu que era reaccionária e que a adesão massiva às palavras de ordem de cooperativização imediata é a confirmação da justeza da nossa estratégia e que não deveríamos avançar em função dum processo ambíguo e fora das realidades", Revista Tempo, Nº 437, de 18 de Fevereiro de 1979, página 17.

[14] Uma entrevista do então Director Provincial de Agricultura de Cabo Delgado à revista Tempo explica a concepção dos blocos. O jornalista perguntou: "Podia explicar concretamente o que é o bloco?" Resposta: "Não é, nada mais, nada menos, do que um conjunto de machambas familiares colocadas de uma forma organizada. Têm de ser 20 famílias para corresponder à organização política que existe. Uma célula são 20 famílias. Vamos ver se conseguimos organizar grupos de machambas com 20 famílias, com polígonos bem definidos, áreas bem demarcadas que possibilitem um trabalho com as populações tanto técnico como político. Os blocos possibilitam ao camponês compreender melhor e realizar mais facilmente as orientações técnicas. Esse agente transforma-se automaticamente em agente difusor da nova tecnologia e portanto, vai provocar uma multiplicação exponencial das nossas forças porque o aparelho de Estado sozinho não tem capacidade para o fazer. É através deste instrumento, os blocos, que nós podemos detectar melhor quais aqueles camponeses que podem aprender mais rapidamente as novas técnicas e dar-lhes cursos político-técnico para que ao regressarem às suas aldeias sejam verdadeiros dinamizadores das novas técnicas para efeitos de aumento da produção". Revista Tempo, Nº 419, de 15 de Outubro, p. 31.

O Plano Prospectivo Indicativo (PPI) 1980-1990 é um documento que expressa a ideologia governamental do período (1977-1986)[15], que previa a socialização total do meio rural em uma década. Este objectivo tinha a seguinte justificação política e ideológica: "Cumprir a orientação do Partido FRELIMO de completar a cooperativização do campo nesta década, significa que as aspirações dos camponeses a um nível da vida superior deverão resultar do seu engajamento e participação colectiva nas cooperativas. De outro modo, no contexto da luta de classes, poderemos ver surgir no campo formas de propriedade privada com as consequências políticas daí resultantes". Mais adiante, o mesmo documento refere: "Na prática, este programa significa desenvolver o sector cooperativo com base na transformação socioeconómica do sector familiar e envolver os camponeses no modo de vida colectiva nas Aldeias Comunais. A actividade principal das cooperativas deve centrar-se na produção colectiva mas, paralelamente, deve prever-se que os cooperativistas tenham possibilidades de utilizar uma parte dos seus esforços na produção individual". Neste último período, revela-se uma menor radicalização discursiva sobre a transformação do camponês, reservando alguma função à exploração privada de "autoconsumo". Isso pode ser justificado pela experiência dos primeiros anos pós-independência, quando existiam sinais da importância de se manter uma aliança política com o campesinato, considerando que a guerra civil (1976-1992) tinha iniciado e alargava a sua base social de apoio no meio rural.

É assim que, a partir de 1983, se inicia uma importante reforma no meio rural, com a distribuição de terras aos camponeses, como foi o caso do regadio no vale do rio Limpopo e em outras zonas onde mais se fazia sentir o conflito armado. Estas reformas estão claramente associadas à necessidade de responder à insatisfação de pequenos agricultores (ex-colonos moçambicanos dos regadios), quanto à ocupação da terra pelas empresas estatais, elas próprias com importantes crises produtivas, financeiras e de organização, Mosca (2010). Pretendia-se também criar alianças com as populações face à generalização da guerra civil[16].

No entanto, a marginalização do campesinato continuou após as reformas económicas[17] e após o Acordo Geral de Paz em 1994. Assistiu-se a uma tentativa de integrar perversamente os pequenos produtores na economia[18], sobretudo através da extracção de excedentes exportáveis e para abastecimento das cidades, e na concepção de desenvolvimento com base em cadeias produtivas, que asseguram a transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior. Nestas circunstâncias, os camponeses constituem um grupo de produtores funcionalmente articulados com o padrão de acumulação do capital comercial (mercados interno e externo) que extrai os excedentes a preços baixos, e cujos termos de troca são, em geral e a prazo, desfavoráveis para os pequenos produtores, afectando negativamente os níveis de rendimento monetário[19].

[15] Para um estudo sobre este período, veja, por exemplo, Mosca (1999).

[16] Não existem documentos que fundamentem estas afirmações. Porém, o autor, porque participou e dirigiu este processo em Chókwè (entre 1983 e 1987), assume esta afirmação. Outras informações e conversas existiram a níveis mais elevados, porém sem documentação escrita.

[17] Moçambique adoptou, a partir de 1987, um Programa de Ajustamento Estrutural semelhante aos praticados pelas Instituições de Bretton Woods (IBW) noutros países. Para uma leitura sobre este programa em Moçambique, veja, por exemplo, Mosca (2005).

[18] Perversamente porque as medidas associadas aos pequenos produtores têm por objectivo principal a extracção de excedentes económicos para alimentar padrões de acumulação que não beneficiam estes produtores. A comercialização de excedentes com termos de troca desfavoráveis a longo prazo, a alocação orçamental, sobretudo para o aumento da produtividade sem consideração pelos sistemas de produção locais (químicos, sementes híbridas, etc.), a exportação de mão-de-obra para a África do Sul ou a semi-proletarização do campesinato assalariado nas grandes plantações, a introdução da produção de *commodities*, representam algumas das principais intervenções públicas no meio rural e que visavam a integração dos camponeses no mercado. Perversamente, porque não é evidente que existiram, ou existam, políticas públicas de transformação estrutural que melhorem, de forma continuada e sustentada, a qualidade de vida, o bem-estar, a soberania produtiva e dos mecanismos de reprodução das economias rurais e da camponesa em particular.

[19] O trabalho de Mosca, Matavel e Dadá (2013) revela, para o caso de província de Manica, que grande parte dos produtos alimentares produzidos pelos pequenos produtores se obtêm rendimentos médios

Moçambique implementava um programa de ajustamento estrutural *à la IBW*[20], com forte influência destas organizações no estabelecimento da política económica. Para o Banco Mundial, a agricultura e a autossuficiência alimentar não eram prioridades, como defendido no seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1986[21].

Vários documentos oficiais (por exemplo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário - PEDSA, e o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário - PNISA), nos princípios desta década, referem-se aos agricultores emergentes como uma das opções de integração do pequeno produtor no mercado e aumento da produtividade. Esta opção surge associada às cadeias de valor e à subcontratação[22]. Está-se em presença de uma opção, ainda não concretizada, de alteração fundamental da pequena produção (relativamente à fase imediatamente após a independência), agora para pequenos empresários capitalizados, integrados de um modo subordinado ao capital agrário e, sobretudo, comercial[23]. Os critérios de decisão produtiva e as funções a maximizar tornam-se associadas, essencialmente, com o mercado e na lógica capitalista. Os critérios da eficiência dos recursos e o lucro substituem, gradualmente, os critérios da economia da unidade camponesa, onde podem existir outros objectivos a maximizar, como por exemplo, a segurança alimentar, as questões de poder nas comunidades e a reprodução da família como unidade económica e social.

Os sistemas de agronegócios, em fase de re-implementação através do conceito de cadeias de valor e da subcontratação, possuem tradição em Moçambique desde o período colonial. Os bens, geralmente para exportação, produzidos pelos camponeses "produtores de mercadorias[24]", são adquiridos pelas empresas nas fases a montante das cadeias de valor. O aumento de rendimentos das famílias produtoras, a possibilidade de imitação tecnológica, a utilização de insumos e outros aspectos, são apontados como vantagens deste modelo de produção. Possui também riscos, como por exemplo: efeitos ambientais provocados pela monocultura devido, por exemplo, à utilização intensiva de químicos, à desflorestação em consequência da ampliação das áreas trabalhadas, ao esgotamento dos solos, entre outros. A relação assimétrica nos mercados monopsónicos coloca os pequenos produtores em desvantagem cuja tendência, a longo prazo, poderá significar a queda dos preços reais ao produtor. As flutuações dos preços internacionais, quando não existem mecanismos estabilizadores ou estes não são geridos com rapidez, terminam por afectar, principalmente, o produtor primário com o sistema de estabelecimento de preços a partir da garantia das margens nos agentes económicos das fases a montante das cadeias de valor. Os riscos associados ao crédito agrário sem garantias[25] poderão conduzir a processos de exclusão e de selecção dos menos produtivos e eficientes e, eventualmente, originar o surgimento dos sem-terra.

---

inferiores comparativamente com a opção do assalariamento auferindo o salário mínimo na agricultura (cerca de 80 dólares americanos). Significa que, caso existam oportunidades de emprego, existirá a preferência pelo assalariamento e abandono da actividade agrícola de, pelo menos, um elemento do agregado familiar.

[20] IBW – Instituições de Bretton Woods, constituído pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

[21] O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial de 1986, na página 82, afirma: "Mas a questão-chave não é segurança alimentar mas a vantagem comparativa. Se um país pode fazer um melhor uso dos seus recursos em exportações – agrícolas ou não -, não há razões para desperdiçar recursos na busca da auto-suficiência em alimentos ... a auto-suficiência alimentar permanece um objectivo popular antieconómico e alguns países estão dispostos a exporem-se a altos custos para alcançá-la".

[22] O que confirma o explicitado no texto de De Morais (2014) acerca da preferência pelos médios agricultores nos regimes de subcontratação.

[23] Os mesmos *kulaks*, cuja emergência se queria evitar e se combatia política e ideologicamente nos finais da década de setenta.

[24] Conceito utilizado por Marc Wuyts (1980) na análise da política agrária colonial em Moçambique na sua fase final, para designar os produtores que realizavam excedentes de produção, sobretudo de bens exportáveis, e cujas lógicas produtivas e integração nos mercados tinham deixado de maximizar a produção alimentar e começavam a assalariar trabalhadores e a utilizar insumos no mercado de factores.

[25] Veja o texto *Crédito Agrário* de João Mosca, Natacha Bruna, Kátya Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá (2013).

Neste modelo, dependendo da actuação das empresas comercializadoras e/ou transformadoras, poderão existir boas práticas, o que significa a redução dos riscos referidos[26]. Para as empresas, este modelo é favorável por exigir menores investimentos (por exemplo na produção primária), por existir uma distribuição do risco da actividade e a carga administrativa ser menor, reduzindo os custos de produção, as burocracias e os custos de transacção.

Mais recentemente, com a grande importância dos recursos naturais e no caso das zonas mineiras, o fenómeno é semelhante. Nestas zonas é possível sugerir outros tipos de funcionalidades, como a seguinte: a competitividade das empresas mineiras está assente, em parte, nos salários baixos dos trabalhadores sem, ou com baixa qualificação. A elevação da produtividade e dos rendimentos dos camponeses (base social de recrutamento de trabalho não qualificado para as minas) fará elevar o custo de oportunidade do assalariamento, forçando o aumento do salário. Se assim acontecer, a estrutura dos custos de exploração pode alterar-se, comprometendo a competitividade do sector mineiro, ou forçando a realização de investimentos em tecnologias mais intensivas em capital. Logo, a manutenção de rendimentos baixos dos camponeses faz parte da competitividade da exploração mineira. Alternativamente, o recrutamento de mão-de-obra pode deslocar-se para as zonas de menor produtividade agrícola, originando fenómenos migratórios de curta e média distância, mais estabilizados, embora com custos mais elevados de alojamento, transportes entre outros custos de transacção[27]. Os reassentamentos (veja mais adiante) podem constituir, a prazo, reservas de mão-de-obra barata.

Estas realidades têm implicado em muitos casos a secundarização da produção alimentar e o agravamento da pobreza, o crescimento das economias informais e das informalidades nas instituições públicas, aumentado o défice de transparência nas governações e a quase institucionalização da corrupção como mecanismo de reprodução dos interesses económicos das elites detentoras dos poderes políticos[28].

Finalmente, num estudo realizado em 2013, de que resultou o livro "Galinhas e Cerveja: uma receita para o crescimento" de Smart e Hanlon (2014:20), afirma-se que, depois da independência, as grandes empresas agrárias (com excepção recente do açúcar, por razões específicas e não replicáveis para outras culturas) têm sido um insucesso. Os autores referem acerca da agricultura camponesa: "Doadores e governo pensam normalmente em apoiar pequenas machambas e falam de camponeses de "subsistência" que produzem a sua alimentação e são maioritariamente auto-suficientes. Isto é um mito". No capítulo 11, com o título "Menos camponeses pobres, mais agricultores emergentes", os mesmos autores referem que, através da pequena exploração, não é possível sair da pobreza e apresentam, como solução, a emergência de muitos agricultores comerciais. Nas páginas 197 e 198 referem que "os moçambicanos das zonas rurais provavelmente vão seguir um de quatro caminhos": (1) ficar, ficando pobres; (2) emigrar para as cidades e vilas em busca de emprego ou sobreviver no sector informal; (3) assalariarem-se no meio rural, particularmente na agricultura; (4) expandir a sua área, transformando-se em agricultores comerciais. Os autores, ao longo do livro, defendem a agricultura comercial como solução do desenvolvimento rural e da economia, posicionamento que é referenciado ao longo deste texto.

É interessante verificar como, tanto a via socialista como a capitalista, possuem os mesmos argumentos para defenderem a inviabilidade da pequena exploração, a necessidade de transformar os camponeses em operários rurais ou industriais e a inevitabilidade da emigração. O único elemento diferenciador é a possibilidade da formação do capitalismo agrário com base na média

[26] Existem experiências positivas de subcontratação onde uma parte significativa dos riscos pode ser localmente gerida pelas empesas promotoras das culturas e que dominam as cadeias de valor após a produção primária.
[27] São conhecidos e estudados os fenómenos migratórios da Alta Zambézia para as grandes plantações da zona centro do país.
[28] Existe uma vasta bibliografia sobre este assunto, ressaltando os exemplos da Nigéria e de Angola.

e grande exploração, enquanto no socialismo (ou no capitalismo monopolista do Estado[29], Mosca 1999), a solução era a das grandes empresas estatais e cooperativas.

2.2 Marginalização da agricultura e do sector familiar

a) Recursos para a agricultura

O total dos recursos do orçamento do Estado (de funcionamento e de investimento) alocados ao sector da agricultura representaram cerca de 4% do PIB entre 2000 e 2010[30]. O investimento privado (nacional e estrangeiro) no sector agrário e agroindústria, entre 2001 e 2010, foi de cerca de 27% do total realizado na economia, principalmente nas culturas do açúcar, tabaco, caju e florestas e concentrado nas grandes empresas. Do total do crédito concedido à economia, apenas 8% se destinou à agricultura; dentro do sector agrário, entre 2003 e 2011, pouco mais de 50% do crédito nacional concedido ao sector agrário destinou-se às culturas do algodão e o açúcar. Verifica-se, também, que outras cinco culturas (a silvicultura e exploração florestal, o chá, a pecuária, o caju e a copra) captaram cerca de 20% do total do crédito agrário[31]. Mosca, Matavel e Dadá (2013:20), com base nos censos agrários de 2000 e 2010, revelam que, em 2000, apenas 4% das explorações agrícolas tinha tido acesso a crédito e que, em 2010, esta percentagem decaiu para cerca de 2,4%.

Analisando com mais detalhe o orçamento do Estado, observa-se o baixo investimento realizado em actividades directamente e com maiores efeitos sobre a produção agrária (extensão, investigação, infraestruturas, etc.), o nível de descentralização orçamental é baixo, existem descontinuidades ao longo dos anos e constata-se uma baixa execução orçamental ao longo de mais de uma década, Cassamo (2012). Verificaram-se, no entanto, algumas melhorias nos últimos anos, após 2010, destacando-se os investimentos realizados em infraestruturas (sobretudo regadios).

A iniciativa de atribuição de fundos para investimentos locais através do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) – os vulgos "7 milhões" – pode ter grandes virtudes. Pode permitir o acesso a recursos financeiros de forma mais expedita, incentivar pequenos empreendimentos, gerar emprego, melhorar o rendimento das pessoas e criar alguma riqueza local. No entanto, têm-se verificado deficiências e desvios na aplicação dos fundos, o que produz efeitos contraditórios. O programa dos "7 milhões" enquadra-se na descentralização administrativa e financeira do Estado, em que se afectam recursos orçamentais ao nível distrital para financiamento de pequenas iniciativas de negócio local. As principais críticas sobre a atribuição destes fundos são as seguintes: (1) inicialmente, não existiram critérios precisos sobre

[29] Este conceito foi objecto de várias interpretações/abordagens ideológicas (marxismo, trotskismo, mencheviques, fascismo, anarquistas, etc.). Neste texto, o termo é sintetizado da seguinte forma: Capitalismo de Estado é o sistema político e económico "onde o Estado se transforma no principal proprietário. O Estado possui o monopólio dos meios de produção e extrai a mais-valia redistribuindo-a, investindo-a no processo de acumulação de capital, bem como distribuindo-a entre os burocratas que passam a usufruir de diversos privilégios, formando uma burguesia de Estado, http://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismo", 2 de Agosto de 2014. Para uma breve incursão ao caso de Moçambique, veja Mosca (1999).

[30] A Cimeira de Chefes do Estado da UA, realizada em Maputo em 2003, sugeriu aos governos africanos que alocassem à agricultura e desenvolvimento rural pelo menos 10% do orçamento do Estado. O orçamento do Ministério a Agricultura representou, em média, a percentagem acima referida. No entanto, os documentos finais incluem, para efeitos de demonstração do cumprimento da directiva, investimentos que não se referem, na sua totalidade, à agricultura, como por exemplo, em infraestruturas hidráulicas (caso da ampliação da barragem de Massingir), gastos em educação, saúde, electrificação, entre outros. Os documentos oficiais apresentam, deste modo, uma percentagem de cerca de 11% de gastos públicos no sector "agricultura e desenvolvimento rural".

[31] Informação estatística retirada de Mosca, Abbas e Bruna (2013).

a utilização do OIIL; (2) baixo reembolso dos créditos concedidos[32]; (3) os recursos nem sempre são utilizados para os fins para que foram solicitados[33]; (4) a falta de transparência na atribuição dos fundos foi objecto de muitas críticas em vários locais e momentos; (5) o Estado não deve exercer funções comerciais próprias de instituições financeiras e para as quais não tem as necessárias competências técnicas; (6) utilização dos fundos para a geração de relacionamentos de fidelização partidária, caciquismos e instrumento de campanha eleitoralista e propaganda política.

Segundo estudos realizados, Ossemane (2009 a e b), Biggs (2011) e Mosca, Dadá e Pereira (2014), as taxas de câmbio sobrevalorizadas praticadas têm prejudicado as exportações tradicionais do sector (principalmente do açúcar, algodão, caju e do tabaco)[34]. Mosca, Dadá e Pereira (2014) concluem: "Em resumo, as depreciações do metical têm tido um efeito positivo sobre a produção agrícola (incluindo, embora em menor dimensão, sobre a produção de milho destinada principalmente para o mercado interno). Se o comportamento de tendência tem demonstrado aumentos de produção face à depreciação, pode questionar-se acerca da possibilidade do metical ter estado sobrevalorizado em consequência dos elevados influxos de capitais devido, sobretudo, ao investimento externo ou, em alguns momentos, a intervenções politizadas do Banco Central".

Supondo estar sendo praticada uma taxa de câmbio sobrevalorizada, tudo indica que a agricultura, como um todo, e algumas das principais culturas, é prejudicada devido a esta gestão macroeconómica"[35].

Segundo Francisco e Siúta (2014), a poupança da economia moçambicana foi, entre 1960 e 2010, sistematicamente negativa, excepto na última década. Entre 1998 e 2010, a taxa média anual de poupança interna situou-se em 1,5% do PIB. O investimento tem sido suportado essencialmente pela poupança externa, sob a forma de recursos da cooperação, investimento directo estrangeiro e empréstimos. O crédito interno, conforme referido, é de pequeno montante e os pequenos produtores quase nada beneficiam dele. Não menos importante, os autores referem que apenas 2% das famílias moçambicanas possuem poupanças. Se fosse possível a segmentação deste trabalho, focalizando-o apenas nas famílias cujos rendimentos provêm essencialmente da agricultura e em particular os pequenos produtores, certamente que se concluiria que a taxa de poupança seria persistentemente negativa (incluindo na última década) e que poucas seriam as famílias com poupanças positivas.

Dos parágrafos anteriores, é fácil compreender a limitada afectação de recursos pelo Estado aos camponeses e ao conjunto do sector[36], e o baixo investimento privado na agricultura.

A limitada alocação de recursos públicos e a fraca atractividade da agricultura para os investimentos privados, implicam importantes debilidades do tecido empresarial e das instituições públicas de prestação de serviços à agricultura (venda de insumos, mecanização, assistência técnica, manutenção de infraestruturas produtivas, por exemplo de regadios e de comercialização). A liberalização dos mercados não regulados de forma a atenuar as distorções,

[32] Vários documentos oficiais indicam uma taxa média de reembolso, a nível nacional, de cerca de 5% dos fundos "emprestados".

[33] Sobretudo nos primeiros anos, os "7 milhões" foram utilizados de forma imprópria, isto é, uma parte destinou-se à construção/reparação de edifícios públicos, arranjos de arruamentos nas vilas, etc. Os objectivos, mesmo que não explicitamente definidos, eram o financiamento de actividades produtivas geradoras de emprego.

[34] Durante o período de 1995 a 2011 a tendência geral do metical relativamente ao dólar americano é de desvalorização. Contudo, a evolução da taxa de câmbio não é linear, havendo períodos de valorização.

[35] Sobre a sustentabilidade da dívida externa, veja ainda Ossemane (2009), Cueteia, Guambe e Nhatsave (2012).

[36] Abbas (2013) apura que o capital nacional contribuiu, entre 2000 e 2010, com menos de 5% do investimento realizado em Moçambique. Esta percentagem é inferior no sector agrário.

os acessos e as assimetrias de informação, entre outros aspectos, colocam os pequenos produtores em situações difíceis para a realização e venda da produção, para a inovação e modernização dos sistemas de produção, para a transformação estrutural do campesinato, para assegurar termos de troca que não façam decair o poder de compra das famílias que têm a agricultura como a principal fonte geradora de rendimentos. Estes são alguns elementos institucionais que agravam a pouca prioridade atribuída efectivamente o sector agrário e ao desenvolvimento rural.

b) A questão da terra

A terra foi nacionalizada a 24 de Julho de 1975, imediatamente após a independência (25 de Junho de 1975). Os *slogans* "a libertação dos homens e da terra" e o fim da "exploração do homem pelo homem" foram utilizados para a nacionalização. Porém, os camponeses não viram concretizadas as suas expectativas de recuperação das terras ocupadas com a colonização[37]. As empresas estatais e as cooperativas, no quadro da socialização do meio rural e da colectivização agrária, ocuparam as terras deixadas pelas empresas dos agricultores que abandonaram o país.

Segundo o n.º 1 do Artigo 98 da Constituição, "os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona económica exclusiva são propriedade do Estado". A Lei de Terras 19/97 estabelece no Artigo 3º o seguinte: "A terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada". Este princípio geral está pleno de não-cumprimentos, sobretudo nas zonas rurais onde existe a penetração de investimentos em capital mineiro e agrário, nas zonas urbanas e nas zonas costeiras devido ao investimento turístico e de habitação[38].

Na aplicação da Lei, há incumprimentos por várias razões: (1) envolvimento das elites políticas e económicas no negócio fundiário e na obtenção de DUATs[39] para eventual especulação imobiliária; (2) alianças entre o governo e o capital em desfavor dos direitos das comunidades, sobretudo nas zonas concessionadas para a exploração mineira, turística e de exploração de recursos energéticos (gás e petróleo)[40], onde existe construção de infraestruturas e de imóveis; (3) as consultas junto das comunidades são, em muitos casos, pouco efectivas e desenvolvem-se com grandes desequilíbrios com desvantagem para as comunidades por assimetria de conhecimento, informação e capacidade negocial[41]; e (4) desconhecimento, por défices de transparência a diferentes níveis, dos contratos estabelecidos entre os governos e as empresas[42].

Ainda no âmbito da ocupação da terra, constata-se que se emitiram "cerca de 46.000 títulos para uma área de mais de 16 milhões de hectares. Mais de metade dos pedidos de grandes extensões destinam-se a fazendas de bravio, pecuária e plantações florestais. Sabe-se que, uma grande parte destes milhões de hectares não estão a ser utilizados. A ociosidade chega a ultrapassar os 50% em alguns casos. Para um certo número de pedidos de grandes extensões de terra, têm sido emitidos títulos definitivos", OMR (2014:2). O mesmo documento refere na página 3: "No quadro legal

[37] Vários estudos referem-se a este tema. Para o caso de regadio do Chókwè, veja, por exemplo, Kenneth Hermele (1986).
[38] Carlos Serra (2013) refere um grande conjunto de situações de irregularidade na aplicação da Lei, sobretudo no que se refere à transmissibilidade.
[39] Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), um documento que licencia uma entidade pública ou privada a usar a terra por tempo determinado, podendo ser de até 50 anos renováveis por igual período.
[40] O caso dos reassentamentos nas zonas de exploração de carvão é. Sobre este assunto, veja, por exemplo, Mosca e Selemane (2011).
[41] Existem organizações da sociedade civil que procuram assessorar as comunidades com informação e formação sobre as leis. Muitas vezes estas organizações são acusadas de agitadoras e contra o desenvolvimento, como aconteceu em Palma, Mário (s/data),
[42] O Centro de Integridade Publica possui uma importante obra publicada sobre estes aspectos. Para mais conhecimento sobre estes aspectos, sugere-se a consulta de www.cip.org.mz.

actual, não se atribui à terra algum valor económico e, por isso, tem um significado quase nulo nos custos dos investimentos e pouco ou nada contribui para as receitas públicas".

Por outro lado, existem grandes dificuldades de obtenção de DUATs. Os processos podem demorar anos sem despacho sem justificação conhecida. Verificam-se grandes disparidades nos tempos de obtenção do DUAT conforme o agente económico solicitante (dimensão do investimento, ligações políticas entre outras. Actualmente, das cerca de 3.920.000 explorações agrícolas do país, as pequenas e médias explorações representam mais de 99.5% e apenas 2% têm título de DUAT", OMR (2014)[43]

Quando existe necessidade de deslocar pessoas ou de resolver conflitos de terras, as auscultações são muitas vezes pouco transparentes em termos de prestação de informações para as comunidades, estabelecimento de compromissos escritos e avaliação económica dos bens. Regra geral, o Estado não é o actor que actua junto das comunidades, deixando esse papel para os líderes locais, para as organizações da sociedade civil, organizações não-governamentais e mesmo para as empresas interessadas. Por outro lado, quando há conflitos, o Estado surge do lado das multinacionais e, se necessário, com forças policiais repressivas[44].

Existe a percepção que Moçambique possui muita terra disponível[45], com baixa utilização ou subaproveitada. Embora o Estado seja o proprietário legal do solo, existem os donos consuetudinários que são os camponeses. Nenhuma ocupação do solo deve ser realizada sem a devida indeminização dos seus donos. Porém, os reassentamentos e ocupação de terras por grandes explorações florestais e de empresas agrícolas são, muitas vezes, implantados sem consideração pelos aspectos históricos e sociológicos envolvidos, com a mudança de residência e local de trabalho, geralmente para zonas mais distantes dos mercados, dos serviços básicos, com maiores dificuldade de transporte e comunicações, para *habitats* que nem sempre se coadunam com os hábitos e formas de vida da população envolvida. Existem compromissos verbais, ou excessivamente informais (por exemplo com papéis não assinados), muitas vezes não cumpridos, Mosca e Selemane (2011). O que se designa por "indemnização justa" não possui qualquer base de cálculo que fundamente, em cada caso, qual o valor do solo. O mercado da terra está de tal forma distorcido[46] que a aquisição, ou a indeminização, é realizada por valores irrisórios, sobretudo no meio rural[47].

[43] Segundo o OMR (2014), "No quadro da administração da terra, nem sempre é possível conhecer quantos agentes económicos utilizam terra insuficiente para a segurança alimentar (ou o contrário), onde se localizam, ou qual a terra que permanece ociosa e que deve reverter para o Estado ou para as comunidades. Nos casos em que são prestadas informações, estas nem sempre são fiáveis e actualizadas".

[44] Assim aconteceu em diferentes momentos, por exemplo, nas minas de carvão da Vale em Moatize.

[45] O exercício mostra que o recurso terra disponível ao nível nacional corresponde aproximadamente a 12 milhões de hectares, excluídas as principais categorias de uso e cobertura de terra actuais: (1) Este número representa a terra disponível para o desenvolvimento da actividade agrária (agricultura, pecuária e reflorestamento); (2) Destes, apenas 2.8 milhões de hectares são actualmente classificados como terras marginais (uso limitado).

[46] Assimetria de informação, de conhecimento e de capacidade negocial entre os donos consuetudinários e os compradores, ao que se acrescenta influência política, poder decisório do Estado, especulação imobiliária praticada pelas elites, etc.

[47] Mosca (2014b) refere sobre este assunto: A reflexão que o autor pretende colocar é a seguinte: não havendo dúvidas sobre a existência de um mercado da terra, porque o Estado não faz cumprir a Lei? Eis uma explicação possível. O acesso privilegiado à informação sobre a valorização futura dos solos e a obtenção do DUAT apenas com pagamento dos trâmites administrativos, permite o direito do uso da terra (que pode não ser usada sem que seja accionado o Artigo 25 - veja acima). Porque o mercado da terra existe realmente, a passagem do DUAT, ou simplesmente o "aluguer" da terra, ou a possibilidade de extracção de recursos através das licenças, permite elevadas mais-valias às elites aos diferentes níveis, incluindo dos líderes comunitários (nestes últimos casos os valores são relativamente baixos). Quando este processo estiver na fase final, isto é, quando a terra de qualidade, das zonas peri urbanas, costeiras ou de desenvolvimento e de investimento futuros se esgotar, chegará o momento da eventual privatização, como

"No quadro legal actual, não se atribui à terra algum valor económico e, por isso, tem um significado quase nulo nos custos dos investimentos e pouco ou nada contribui para as receitas públicas", OMR (2014:3).

Em vários pontos do território nacional já há conflitos de terras para utilização da terra entre agricultores de dimensões diferentes. Smart e Hanlon (2014), embora referindo-se aos "agricultores emergentes" comerciais que são pequenas e médias empresas (pp. 203 e 204), afirmam que já existe conflito de terras: "Se um número significativo de agricultores moçambicanos expandisse para 10 hectares ou 20 hectares, ficariam com toda a terra hoje subutilizada e não ficaria nenhuma para os investidores estrangeiros. Isto significa que cada nova plantação pertencente a estrangeiros já está a ser tirada a agricultores moçambicanos emergentes".

Pode-se afirmar que a gestão pública sobre as questões à volta da terra e dos conflitos de interesse associados não tem protegido, em muitos casos, os direitos dos produtores e das famílias, tanto no meio rural como nos centros urbanos.

c) Dimensão das explorações

Com base nos Censos Agro-Pecuários (CAPs) de 2000 e 2010, o número total de explorações aumentou nesses dez anos, em 612.492 explorações. Constata-se que as explorações com $2 \leq 5$ hectares apresentaram um aumento de 500.582 explorações (117%) e as explorações de mais de 5 hectares, aumentaram em 33.902 explorações (42%) vezes. As explorações com menos de 2 hectares aumentaram em 3% entre 2010 e 2001.

Os números apresentados revelam um aumento mais acentuado das explorações com mais de 2 e menos de 5 hectares, comparativamente com as que possuíam dois ou menos hectares. Este é um indicador que pode revelar as primeiras tendências para, a longo prazo, se constituir uma agricultura de média dimensão (considerado entre os 5 e 20 hectares)[48]. Porém, esta transformação não é suficiente para absorver o aumento de explorações de pequena dimensão (que correspondem, no essencial, ao aumento da população rural), o que significa que não está acontecendo uma mudança estrutural na agricultura (neste caso, considerando o número e a dimensão das explorações).

Numa perspectiva de mais longo prazo, "o documento em *power point* Dinâmica do Sector Agrário de Moçambique, MINAG (s/ data), afirma que a área cultivada por família varia, em média, entre 1,6 e 1,2 hectares (com e sem utilização de mão-de-obra assalariada, respectivamente), o que equivale a 0,47 e 0,39 hectares de superfície agricultada por adulto. Em 1970 era semelhante: 1,5 hectares por família. O documento de trabalho de Carrilho *et al* (2003: 5), *Qual o Papel da Agricultura Familiar Comercial no Desenvolvimento Rural e Redução da Pobreza em Moçambique?*, divide o pequeno produtor em tercis segundo o rendimento familiar e indica que, em média, cada família utiliza entre 1,25 e 2,01 hectares (1º e 3º tercis, respectivamente) e que, por habitante, a superfície trabalhada situa-se entre 0,3 e 0,82 hectares (1º e 3º tercis). Um estudo do Ministério da Agricultura (2008) revela que a área média cultivada pelas famílias camponesas variou, entre 1996 e 2002, de 0,35 para 0,40 hectares por AE (Adulto Equivalente). Isto é, as diversas fontes indicam dados idênticos e, igualmente, poucas ou nenhumas variações nos 35 anos em análise", Mosca (2010: 423).

forma de existir uma maior segurança do património (capital) terra. Assim, ganhar-se-ão mais-valias e rendas mais elevadas.

[48] Smart e Hanlon (2014) estimam que existem cerca de 68 mil explorações pequenas e médias de agricultores "comerciais", que representam 2,3% das cerca de 3 milhões de explorações agrícolas existentes em Moçambique em 2010, Censo Agro-Pecuário de 2010. Das 68 mil explorações, 58 mil (86%) localizam-se nas províncias de Tete (18 mil), Niassa (14 mil), Nampula (10 mil) e Manica (9 mil). A maioria produz, sob contrato, tabaco e algodão.

Por mais que existam aumentos de produtividade resultantes de inovações e da intensificação tecnológica, com as actuais dimensões das explorações, a agricultura de pequena escala não poderá ser uma via para a saída da pobreza de cerca de 75% da população moçambicana. Considerando as debilidades de criação de emprego e da industrialização e, consequentemente, a geração de rendimento, o desenvolvimento de Moçambique, a médio prazo, terá de considerar a necessidade de importantes transformações produtivas dos camponeses para que seja possível a redução da pobreza. A expansão da superfície por exploração e por família (*per capita*) é uma das condições importantes para esse objectivo. De novo se recolocará a questão da ocupação da terra, neste caso, resultante das dinâmicas económicas e sociais endógenas, isto é, no seio das comunidades.

d) Relações com os mercados

As relações dos sistemas de produção da agricultura familiar com os mercados são, geralmente, medidas pelo volume de produção vendida (ou a percentagem das vendas na produção total), pela aquisição de factores - insumos de produção (sementes, fertilizantes e pesticidas), pelo acesso ao capital (crédito e equipamentos) e pelo assalariamento na exploração.

Analisando cada um dos elementos que compõem as relações com os mercados, pode salientar-se:

- Considerando a redução da produtividade por hectare em muitas culturas alimentares (veja mais adiante) e a menor produção *per capita* de alimentos, pode induzir-se que a percentagem da produção vendida nos mercados por exploração não pode ter aumentada.
- A utilização dos insumos não aumentou durante a última década. Entre 2000 e 2010, com base nas informações dos censos agropecuários, a percentagem de explorações que utilizava fertilizantes passou de 2,67% para 3,94%. As que aplicavam pesticidas passaram de 4,7% para 2,6%. Entre esses 10 anos, o número de explorações que utilizava tractores diminuiu de 86.494 para 59.467. A quantidade de electrobombas diminuiu de 4.779 para 2.973 e as motobombas diminuíram de 20.892 para 8.017 unidades. Segundo estas informações, reduziram-se os recursos utilizados nas culturas do tabaco (principalmente fertilizantes), hortícolas (fertilizantes e pesticidas) e do algodão (pesticidas), bem como se reduziram os equipamentos no sector privado e "agricultores emergentes". Assim, muito pouco restará para a agricultura familiar e em especial para as culturas alimentares.
- Foi referida a redução da percentagem de explorações com acesso ao crédito e o número de explorações com acesso a equipamentos.

Tem havido um aumento significativo das actividades informais no meio rural, sobretudo do comércio, transportes de curta distância, exploração de recursos naturais (produção de carvão vegetal, lenha e estacas para a construção, garimpo, serviços financeiros, entre outras). Verifica-se também um aumento de outras actividades económicas formais de pequena e média escala (construção civil, pescas e corte de madeiras), a exploração mineira (mesmo que intensiva em capital e geradora de pouco emprego), serviços e investimentos do Estado (sobretudo em obras públicas – estradas, edifícios e, mais recentemente, regadios). Estas actividades têm provocado a saída de força de trabalho da agricultura (principalmente do homem e dos jovens com maior escolarização), assim como a emigração para os aglomerados populacionais (cidades e vilas)[49], sem que exista um aumento da modernização da produção e aumentos de produtividade na agricultura. Estes fenómenos poderão agravar a escassez alimentar.

Existem défices de cobertura da rede comercial e da actividade de comercialização de produtos agrícolas em muitas zonas. Determinadas culturas foram incentivadas, a produção aumentou e, depois, os agricultores não tiveram mercados para os vender. São os casos do trigo no norte da Angónia, Sousa (2013), da *jatropha* e do milho em vários locais. Há também circuitos comerciais

[49] O aumento da população urbana cresce a ritmos superiores aos verificados no meio rural.

e preços não incentivadores para os agentes comerciais, sobretudo nas zonas de fronteira, levando os produtores a vender a produção nos países vizinhos (exemplo da venda de milho da Zambézia, de Tete e do Niassa para o Malawi, Ttschirley e Santos (1999). Para o caso do milho da Angónia, Sousa (2013) justifica o incentivo da produção sem que fossem acauteladas outras medidas (transportes, comercialização, estradas ruais, etc.), designando essa iniciativa por "voluntarismo económico". O trabalho de Júnior, Dadá e Momade (2014)[50] revela que as relações transfronteiriças com os países vizinhos (excepto com a Tanzânia), indicam a existência de relações transfronteiriças intensas, comerciais, culturais, de serviços e familiares, de natureza formal e informal, sendo que as importações de Moçambique são muito superiores às exportações, o que revela maior desenvolvimento desses países nas zonas estudadas.

O Estado procura desresponsabilizar-se da comercialização, referindo que esta actividade deve ser desenvolvida pelo sector privado[51]. O exemplo paradigmático é a comercialização do caju. Mosca (2010: 358 e 359) reproduz uma entrevista a Raimundo Matule, então Director Adjunto do Instituto Nacional do Caju: "A *guerra do caju* continua entre os industriais e exportadores. Há industriais na Índia que também financiam os exportadores indianos em Moçambique. Há comerciantes que vêm para o país durante um certo período do ano apenas para fazer a comercialização. Naturalmente que têm alianças com comerciantes radicados no país. A capacidade de pagamento (concorrência pela via dos preços) dos industriais moçambicanos é inferior e não possuem a possibilidade de trocas de moeda no mercado secundário ou de gerir as decisões em função da variabilidade dos preços dos mercados internacionais. Estes aspectos colocam os exportadores em vantagem".

A estrutura dos mercados é desfavorável aos pequenos produtores. Para a maioria dos casos, persiste uma estrutura oligopsónica o que dificulta a formação não-distorcida dos preços. A este importante elemento, acrescenta-se a imperatividade dos produtores venderem a produção após a colheita devido a dificuldades de armazenagem e consequentes riscos de perdas pós-colheita, à baixa formação e informação dos produtores sobre os mercados e preços, à pouca capacidade negocial, aos riscos da comercialização e à baixa articulação dos mercados, com efeitos sobre a formação dos preços e dificuldade de aproximação dos valores ao longo do território, entre anos e conforme a sazonalidade da produção agrícola.

Este conjunto de circunstâncias permite deduzir que, muito provavelmente, existe uma continuada perda dos preços reais ao produtor[52], com consequências sobre o poder aquisitivo e o nível de

[50] Trabalho em fase de conclusão realizado no Observatório do Meio Rural com financiamento do Fundo para o Ambiente de Negócios.

[51] "Nas suas voltas pelo país em "presidência aberta", o Presidente Armando Guebuza ouve com frequência os camponeses levantarem a questão de falta de mercados. Dizem também que, onde há mercado, os comerciantes pagam preços tão baixos que não dá lucro cultivar para vender. A resposta normal de Guebuza é que os mercados não são problema do governo. Em Morrumbala, na Zambézia, a 25 de Abril de 2012, depois de uma visita presidencial, o Presidente disse aos jornalistas que os camponeses devem organizar-se em associações para poderem influenciar os preços pagos pela sua produção. Formando associações ou cooperativas eles criam a capacidade para negociar com os compradores. Quando os camponeses actuam simplesmente como indivíduos, acrescentou, os compradores não terão dificuldade em fixar os preços de acordo com as suas conveniências", Smart e Hanlon (2014: 63). Os mesmos autores referem na página 62 e 63: "Embora o Presidente Guebuza defenda a ideia de que a comercialização agrícola não compete ao governo, tal como afirmámos no Capítulo 2, "Agricultor privado destaca-se...", foi ele quem em 2011 agiu para que o Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) passasse a intervir na comercialização agrícola. Mas as intervenções são na maioria das vezes projectos para *inglês ver*".
Nas mesmas páginas, Smart e Hanlon afirmam: "Respondendo a queixas sobre falta de mercados, Alberto Vaquina, na altura governador em Tete e agora Primeiro-Ministro, disse num comício na Angónia em Agosto de 2012, que não é ao governo que compete tratar de comercialização: vocês podem-se organizar melhor.

[52] Não existem estudos continuados e suficientemente consistentes que demonstrem a queda dos termos de troca dos preços dos bens agrícolas e de outros bens, sobretudo dos mais consumidos pela população rural. Sobre este assunto, veja por exemplo, Mosca (1993), Abrahamsson e Nilsson (1994).

vida da maioria da população rural e moçambicana, cujos rendimentos provêm, principalmente, da actividade agrária e, dentro desta, da produção de alimentos.

As importações e a dependência alimentar aumentam tal como reflectido no crescente défice da balança comercial alimentar, Bruna (2013).

Embora os discursos refiram persistentemente a segurança alimentar, não existem políticas efectivas sobre o assunto. Não há reservas físicas nem financeiras para este efeito. Quando surgem situações de emergência, socorre-se, como tradicionalmente, à ajuda internacional. A segurança alimentar, inclui também reservas de bens para a estabilização dos preços, considerando, por um lado, a variabilidade sazonal e inter-anual no mercado interno e, por outro lado, as variações dos preços internacionais e as tendências de subida a longo prazo.

e) Transformação estrutural da agricultura e do sector familiar

O aumento da produção e da produtividade têm sido referidos como necessários para que a agricultura desempenhe os seus papéis no desenvolvimento. A transformação estrutural da agricultura[53] é um tema que não surge nos discursos, nem são evidentes políticas e medidas que, de uma forma sistemática e duradoura, contribuam para o efeito. A transformação deveria caracterizar-se pelas seguintes principais mudanças: maior intensificação da agricultura com o factor capital, inclusivamente para a extensão das superfícies trabalhadas; maior integração da agricultura nos mercados; aquisição de mais conhecimento e domínio técnico por parte dos agricultores, seja através da formação e qualificação dos recursos humanos, como através da aplicação dos resultados da investigação e por meio da extensão rural; melhores infraestruturas produtivas; incentivação da pequena indústria agroalimentar; e, mais e melhores serviços aos produtores e aos cidadãos no meio rural.

Entre os anos 2000 e 2010, segundo os censos agropecuários, são detectáveis as seguintes tendências:

- Estagnação ou redução da produtividade por hectare de alguns produtos alimentares. Uaiene (2012), com base em dados do FAOSTAT, revela que, entre 1972 e 2008, nas culturas amendoim, arroz, mapira e milho, somente houve aumento na produtividade por hectare no milho, tendo passado de cerca de 450 para 620 quilos por hectare.
- Menor acesso a recursos e a serviços aos produtores (por exemplo, crédito e extensão rural). Uaiene (2012:64), com base num estudo do Banco Mundial, afirma que o orçamento da investigação agrária é de cerca de 0,24% do PIB Agrário, o que corresponde a três vezes menos que a média na África Subsaariana[54]. Cassamo (2012) demonstra que a afectação destes recursos foi, entre 2001 e 2010, muito variável, o que não permite estabilidade da investigação. A maioria dos projectos de investigação é, em média, financiada em cerca de 80% por recursos externos (donativos).
- Aumento dos chefes de exploração que não sabem ler nem escrever e a consequente redução dos chefes de exploração com algum nível de escolaridade. Ainda que a percentagem dos homens que chefiam explorações que não sabem ler nem escrever tenha aumentado, a maior percentagem dos homens chefes de explorações tem algum nível de escolaridade, o que não se verifica para as mulheres. Pode sugerir-se que os chefes de

[53] Neste texto a transformação estrutural da agricultura é considerada como aquela que influencia, e é influenciada, pelo desenvolvimento global da sociedade e da economia. Em resumo, a acumulação inicial do sector permite processos de industrialização que, por sua vez, por ser mais eficiente e com maior produtividade, absorve recursos (por exemplo mão-de-obra) do sector agrário. A redução do factor trabalho obriga à introdução de tecnologias mais intensivas em capital, produzidas na indústria (principalmente máquinas e químicos), aumentando a produtividade do trabalho e por superfície. São necessárias cada vez menos explorações agrícolas e, eventualmente, de maior dimensão média e menos factor trabalho, para assegurar as necessidades de bens agrícolas.

[54] Os países desenvolvidos alocam à investigação agrária cerca de 1,99%, sendo 2% considerado "ideal".

exploração com alguma escolarização estão saindo da actividade agrária (Mosca, Matavel e Dadá, 2013).

- Em 2010, existiam mais explorações chefiadas por mulheres. Ainda que a percentagem de explorações chefiadas pelos homens tenha baixado na última década, estes continuam a chefiar maior parte das explorações. Este resultado parece ser coerente com a verificação de que, com uma maior ocupação dos homens em outras actividades, as mulheres responsabilizam-se pela exploração agrícola (Mosca, Matavel e Dadá, 2013).
- Persistência da pobreza, tanto em percentagem da população pobre como no aumento do número de pobres, devido ao efeito demográfico[55].

Pode afirmar-se que existe um processo de feminização da chefia das pequenas explorações, uma redução do factor trabalho por unidade de exploração e, em particular, do factor trabalho com alguma escolarização. O principal factor da produção agrícola de pequena escala (por família) fica assim reduzido, quantitativa e qualitativamente, com consequências inevitáveis sobre a produção e produtividade. Estudos indicam que a elevação da escolaridade no meio rural não tem tido reflexos significativos na produção e produtividade agrária[56].

Conforme referido, as dinâmicas que se verificam nos últimos anos na agricultura são, principalmente, provocadas pela penetração do capital mineiro, pelo investimento no agronegócio e pelas actividades informais. O aumento da população e a não-absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho, implicam aumento da superfície trabalhada e aumento do factor trabalho. Estes são os dois factores (terra e trabalho) que, em sistemas produtivos intensivos em trabalho, mais influenciam o aumento da produção agrícola[57]. A agricultura de exportação (açúcar e tabaco, e, de forma variável, o algodão e o caju) tem tido bons resultados produtivos, aumento de produtividade e da exportação. Por outro lado, o crescimento destas produções, tal como está sendo realizado, possui efeitos sobre a mobilidade/diferenciação social através do assalariamento, de maiores áreas trabalhadas, do acesso a insumos e de rendimento adicionais com o sistema de subcontratação no âmbito das cadeias de valor. Porém, o impacto destas actividades não é ainda suficiente (em termos de número de explorações/famílias envolvidas e superfícies trabalhadas, volume de rendimentos – embora localmente significativas), para gerar transformações estruturais no conjunto do meio rural e do sector agrário. Além disso, é possível, com práticas produtivas erradas (monocultura, mecanização/tractorização, quimização, desflorestação, contaminação do solo, água e ar, etc.), provocar efeitos ambientais perigosos[58].

Existem também dinâmicas nos agricultores de pequena escala. O trabalho de Feijó e Agy (2014), "as comunidades que beneficiam de apoios de organizações não-governamentais possuem maiores rendimentos na produção agrícola, possivelmente por menos oportunidades de pequenos

[55] Na realidade, e considerando o indicador número de pobres, e não a percentagem de população pobre, a pobreza não decresce, sendo mais acentuada no meio rural. Estudos de avaliação indicam uma redução da pobreza de 69,4% da população em 1996/97 para 54,1% em 2002/2003, tendo crescido para 54,7% em 2008/09, sendo os dados para o meio rural para os três momentos de, respectivamente, 71,3%, 55,3% e 54,7% (MPD, 2010). Em termos de número de pobres, existiam em 1996/97, aproximadamente, 11,1 milhões de moçambicanos, tendo em 2002 /2003 reduzido para cerca de 10 milhões. A última avaliação da pobreza, ponderada pelo crescimento demográfico, indica que em 2008/09 existiam cerca de 12,8 milhões de pobres (Mosca, Abbas a Bruna, 2011).

[56] Francisco (2012) e Kaponde (2012), ambos para o caso de Angola, e Mosca e Dadá (2013), num estudo sobre Moçambique, revelaram que o efeito da escolarização no meio rural não é significativo. Hipoteticamente várias razões podem explicar estas conclusões, nomeadamente: (1) os curricula do ensino estão desadaptados das realidades; (2) os jovens que possuem alguma escolarização preferem ocupações fora da agricultura e emigram para os centros urbanos; (3) nos últimos anos têm surgido novas oportunidades associadas à economia informal, pequenos negócios, emprego, etc.

[57] Veja, por exemplo, Mosca, Matavel e Dadá (2013).

[58] Existem estudos que revelam as duas possibilidades: boas e más práticas produtivas, como por exemplo no tabaco em Tete, Jone (2014), mesmo que com algumas críticas para o primeiro caso, e no algodão como exemplo de más práticas.

negócios e assalariamento no respectivo contexto (Nacala). No caso do capital ser proveniente de empréstimos, os rendimentos obtidos na agricultura (Matola e Tete) destinam-se principalmente para o investimento na produção. No caso de Nacala, os apoios financeiros sem compromissos de reembolso (donativos) coincidem com a utilização dos recursos em consumo". Para os autores, estas constatações estão a desenvolver uma pequena burguesia agrária protegida que desenvolve necessariamente uma consciência capitalista".

A transformação estrutural resultante do aumento significativo da produtividade, conduzirá, como nos países desenvolvidos, a uma redução da superfície trabalhada e do número de agricultores e, consequentemente, a excedentes de trabalho, que necessitarão de emprego para se evitar fenómenos de exclusão económica e social. Um número decrescente de produtores e de áreas trabalhadas realizarão excedentes produtivos com uma eventual tendência de diminuição dos preços ao produtor a médio e longo prazo[59] e o risco da criação de fenómenos dos sem terra, desemprego e aceleração do êxodo rural. Estes efeitos terão que ser acompanhados, de forma equilibrada, com o desenvolvimento de outros sectores geradores de emprego (agroindústria e indústria transformadora e serviços), sobretudo os directamente associados com a demanda originada pelo crescimento da renda das famílias (consumo e investimento), e da procura gerada pelas relações intersectoriais. Portanto, a transformação estrutural da agricultura deve estar associada e ser equilibrada com o crescimento de outros sectores o que teria de ser gerido através de um conjunto de instrumentos económicos. Este crescimento económico configura um padrão de acumulação interno e um desenvolvimento mais endógeno.

Em economias crescentemente abertas, a transformação da agricultura deverá estar assente na competitividade da produção nacional, não apenas para concorrer com as importações, como para competir no mercado interno na perspectiva do aumento dos preços dos produtos alimentares e de algumas *commodities*. Este suposto, implica a capitalização (tecnificação) dos sistemas produtivos e a produções de maior escala (individual ou através de diferentes formas de organização dos produtores, incluindo ao longo das cadeias de valor).

Esta evolução criará dilemas/conflitos com as concepções mais conservacionistas da produção familiar e de pequena escala e da família camponesa e do meio rural, bem como exigirá uma inovação técnica adaptada e acompanhada da formação dos produtores, não somente como produtores primários, mas como empresários.

Apenas se salvaguardará a unidade produtiva familiar como entidade económica e social através de grandes avanços na organização, formação dos produtores, maior acesso aos serviços e aos mercados, o que exige políticas públicas activas e específicas.

A não observância destes elementos, associados a uma transformação estrutural prolongada, equilibrada e regulada pelas políticas públicas, poderá criar crises e rupturas e um desenvolvimento excludente, económica e socialmente.

f) Organização camponesa

A organização dos produtores para a defesa dos seus interesses de natureza económica (associações, federações etc.), sindical (interesses de classe) ou políticos (partidos políticos) é fundamental.

[59] Este suposto tórico é fundamentado pela potencial maior elasticidade da produção derivada da inovação tecnológica, originada por um maior crescimento da oferta, comparativamente ao crescimento da procura, devido aos efeitos demográficos e de incremento da renda das famílias. Este postulado teórico está questionado pelo rápido crescimento da renda nas grandes economias (China e Índia) e de outros países, cuja demanda de bens alimentares tem crescido rapidamente.

A União Nacional de Camponeses (UNAC) e suas federações provinciais e associações pretendem, essencialmente, despertar os centros de decisão para a importância da agricultura familiar na economia, na transformação estrutural e na vida dos camponeses. Está consciente que as políticas económicas e agrárias em Moçambique têm sido desfavoráveis para os pequenos produtores de alimentos.

A dimensão do sector familiar e as ameaças e riscos existentes no contexto da "febre" dos recursos naturais, da penetração do capital agrário e das políticas adversas, levam a estrutura e capacidade da UNAC a ter dificuldades para corresponder à complexidade da realidade. Essas dificuldades são acrescidas por relações pouco efectivas entre os centros de decisão e a UNAC. Os primeiros, referem-se aos segundos como importadores de ideias externas[60], que dificultam o desenvolvimento e querem que o país continue dependente de alimentos e com baixa produtividade[61]. Estas afirmações têm coerência segundo o pressuposto que a agricultura familiar não consegue produzir alimentos suficientes[62], não é capaz de inovar tecnologicamente para o aumento da produtividade. A UNAC concentra as suas acções e críticas nas questões associadas com a defesa das questões principais que agridem os camponeses no contexto da penetração do capital no meio rural e das políticas desfavoráveis ao sector[63]. Situações de ocupação/usurpação de terras, os reassentamentos, as relações de subcontratação, os efeitos ambientais, os modelos de modernização subjacentes à política de emergência dos agricultores emergentes" e a reivindicação de alocação de mais recursos à agricultura e, em particular, ao sector familiar[64].

A emergência de realidades conflituantes tem provocado distanciamento entre algumas organizações da sociedade civil e as instituições públicas[65]. A evolução das concepções e dos discursos oficiais contraditórios sobre o ProSAVANA, os conflitos de terras, os reassentamentos, o surgimento de grandes investimentos no sector agrário, entre outros, têm motivado discordâncias entre a UNAC e outras organizações da sociedade civil (OSCs) com o Ministério

[60] Como, por exemplo, Movimento dos Sem Terra do Brasil.

[61] "Desde o início, os movimentos sociais vêm o empreendimento como uma ferramenta de ocupação da terra por multinacionais. O governo moçambicano rechaça as críticas mas, mesmo assim, o programa transformou-se num assunto político no país. "As críticas ao ProSAVANA são falsas", disse Daniel Ângelo Clemente, secretário permanente do Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG).
Na sua opinião, as críticas ao programa são feitas por pessoas que não querem que Moçambique saia da dependência alimentar e continue a importar comida, sejam tomates da África do Sul ou frango do Brasil. Ele afirmou que a terra em Moçambique pertence ao Estado. "Mas existem direitos consuetudinários [que surgem dos costumes da sociedade] dados às comunidades que usam a terra há anos." Ele afirmou que ninguém pode, portanto, tirar a terra das comunidades. Mas, se acaso surgir interesse de investimento em terras "livres", as comunidades podem ser consultadas e, eventualmente, indemnizadas pela terra". Artigo na revista Valor, texto de Francisco Góes, 10-07-2014.

[62] A teoria da indivisibilidade de alguns factores de produção (por exemplo equipamentos) *versus* escala da produção familiar.

[63] Os posicionamentos face ao ProSAVANA são um exemplo paradigmático. Para uma informação sobre a evolução dos discursos oficiais dos três parceiros do ProSAVANA (Moçambique, Brasil e Japão), veja, por exemplo, Funada-Classen (2014).

[64] A pesquisa sobre as associações de camponeses, Mosca, Júnior e Dadá (2014), revela que as principais razões que motivam os camponeses a associarem-se são a defesa do direito ao uso da terra, o aumento da capacidade de resistência face à usurpação e uma eventual maior facilidade de obtenção do documento DUAT.

[65] Nem sempre a UNAC, bem como outras organizações da sociedade civil, é convidada para a discussão de planos de desenvolvimento ou de concepções de desenvolvimento. Tomando, como exemplo, o ProSAVANA, o diálogo e, sobretudo, a sua efectividade e a transparência nas relações e prestação de informações por parte dos governos, são limitados, descontínuos e, por vezes, pouco transparentes reflectindo-se em contradições nos discursos dos governos e actores económicos e responsáveis do programa.

da Agricultura e direcções provinciais e algumas agências de desenvolvimento. Em alguns casos, os discursos são pouco cordiais[66].

Por outro lado, a consciência de classe emerge no seio dos camponeses, não em consequência de uma consciência política, mas resultante dos conflitos de terra, dos reassentamentos, da exclusão da pequena produção na política económica e agrária, das faltas de apoio à produção, entre outros aspectos. A UNAC, em consequência, coloca na agenda do debate conceitos que indicam a radicalização do discurso acerca das opções políticas do desenvolvimento agrário e do meio rural, como são os casos da agricultura familiar e as opções tecnológicas sustentáveis e dominadas pelos produtores, a soberania alimentar, a agricultura biológica, os direitos à terra e às indeminizações, as possibilidades do surgimento do fenómeno dos sem-terra, entre outros.

No caso de Moçambique, têm existido, por parte do poder, dificuldades de assumir organizações com posicionamentos diferentes dos discursos e das práticas oficiais. A UNAC não possui qualquer apoio do orçamento do Estado o que pode revelar a importância que lhe é atribuída pelo poder. Ou, com isso, pretende-se evitar que existam organizações não totalmente alinhadas com o partido no poder e o respectivo governo, que possuam alguma capacidade de mobilização e influência social.

O movimento associativo dos pequenos produtores encontra um conjunto de desafios que necessitam ser superados. Caso contrário, poderão existir processos regressivos face à crescente penetração do capital e dificuldades concorrenciais dos pequenos agricultores. Do estudo de Mosca, Júnior e Dadá (2014) podem-se destacar os seguintes aspectos: (1) escala produtiva para assegurar maiores rendimentos é uma via para melhorar significativamente os rendimentos dos associados; (2) aumentar a produção e produtividade para conquistar maiores quotas de mercado, obter maior competitividade pelos preços e assegurar maior regularidade de oferta; (3) alargamento das funções das associações de somente de produção primária para, numa primeira fase, funções de comercialização e aquisição de insumos; (4) melhorar a capacitação técnica e de gestão para suprir o intermitente e débil apoio técnico do Estado, para ganhar credibilidade e melhorar o acesso a fontes de financiamento e para maior capacidade negocial em defesa dos interesses dos associados.

A maioria das associações necessita melhor organização interna, profissionalização de algumas funções de gestão, maior capacidade de negociação e diálogo e conhecimento dos mercados.

Ao longo do país existem várias associações de médios agricultores (“emergentes”). Na maior parte dos casos, estas organizações têm como objectivo a facilitação da venda/comercialização da produção dos associados e da aquisição de factores de produção. Regra geral, são apoiadas financeiramente por organizações não-governamentais, ou projectos financiados com recursos externos. Segundo Smart e Hanlon (2014), não existe apoio do Estado. A nível nacional, existe o ramo de agricultura na Confederação das Associações Económicas de Moçambique que nem sempre está articulada com as inúmeras associações de agricultores do país.

[66] Na linha da intervenção do secretário permanente do MINAG, anteriormente referida, Dzucula, Director Provincial de Agricultura de Nampula afirma: “Temos forte convicção de que a propaganda falaciosa que está a ser movida para desacreditar o ProSAVANA vem de fora do país. Os seus mentores usam algumas organizações nacionais que se fazem passar por porta-vozes da sociedade civil para desacreditar a iniciativa triangular, agitando as comunidades para se revoltarem contra o Governo alegando um alto risco de usurpação das suas terras que na realidade não existe” - sublinhou Pedro Dzucula (Intervenção no decorrer da apresentação do estágio das actividades que estão sendo implementadas na região do “Corredor de Nacala”, no âmbito do ProSAVANA). Este discurso enquadra-se na tónica de que dizer mal do ProSAVANA (e de outos programas), é desejar que o país continue a alimentar-se de bens importados e manter-se na pobreza, é ser-se contra o desenvolvimento.

Existem vários tipos de organização de produtores e de comunidades que se congregam por diferentes motivações, económicas e não económicas. A grande maioria não possui dinâmicas produtivas e de transformação estrutural, e as motivações estão grandemente associadas a razões económicas imediatas (crédito, transportes e mercados, assistência técnica/extensão rural, preservação de recursos naturais como por exemplo as florestas comunitárias, etc.) e ao fortalecimento de mecanismos de segurança da terra e de reivindicação em processos que geram conflitualidades com o investimento (infraestruturas, mineração, turismo, agricultura de média e grande escala).

Estes fenómenos têm originado o surgimento de várias organizações de produtores e de comunidades, muita das vezes apoiadas por organizações da sociedade civil e como movimentos reactivos/defensivos. Esta evolução tem tido consequências positivas, destacando-se, por exemplo, a pressão para a implementação de concepções menos excludentes do desenvolvimento rural, melhorias, mesmo que pouco significativas, dos processos de reassentamento, maior respeito na aplicação da lei de terras e na gestão dos conflitos.

Os resultados poderiam ter sido mais significativos se a administração pública fosse mais dialogante com as comunidades e com as organizações da sociedade civil e estas organizações tivessem maior fundamentação nos posicionamentos e mais coesão através de plataformas organizadas ou pontuais conforme os temas em debate.

g) Resumo

Em resumo: (1) não tem existido um aumento significativo do tamanho médio das explorações; (2) o número de explorações e de pessoas ocupadas na agricultura aumentou; (3) a produtividade mantém-se estagnada ou baixou para muitos produtos alimentares; e, (4) não se verifica uma maior integração nos mercados da actividade, o que é certificado pelo nível de utilização de factores de produção adquiridos nos mercados de bens e de factores (crédito, adubos, sementes, pesticidas, máquinas e outros equipamentos).

Além do referido, salienta-se: (1) a terra permanece estatal, mesmo considerando os direitos consuetudinários previstos na Lei de Terras e, quando existem conflitos, regra geral, os pequenos produtores não possuem, na maioria dos casos, mecanismos para a defesa dos seus direitos e interesses; (2) a gestão dos principais instrumentos de política económica – orçamento do Estado, crédito, taxa de câmbio, subsídios, investigação, extensão, etc., tem-se revelado adversa, ou não favorável, ao sector agrário, ou insuficientemente eficaz e duradoura para induzir alguma transformação estrutural da agricultura e do sector familiar; e, (3) permanece a relação subordinada e dependente do camponês nos mercados e persiste a transferência de recursos para fora do sector agrário e do meio rural.

Se existe alguma transformação estrutural na agricultura, ela não coincide com as tendências históricas do desenvolvimento económico e social na fase da pré-industrialização. Pode constatar-se que existem sinais de (res)surgimento[67] de agricultores "produtores de mercadorias" (designados, no discurso oficial, por "agricultores emergentes"), sobretudo com a prática de culturas de exportação e integração em cadeias de valor (açúcar, algodão, caju, gergelim, tabaco e algumas hortícolas). Não se assiste ao aumento da produtividade, do tamanho e da modernização das explorações, que permitam libertar recursos para a transformação estrutural da economia, sobretudo para a industrialização.

[67] Ressurgimento porque, já no período colonial, existiam os pequenos produtores que produziam essencialmente bens exportáveis no quadro de cadeias de valor (sobretudo o algodão e o caju), cujos excedentes eram comercializados (adquiridos ao produtor) pela rede comercial rural e pelas empresas concessionadas para o efeito e que realizavam a pequena transformação local (desfibramento) e a exportação.

Pelo contrário, verifica-se uma transformação distorcida e regressiva da agricultura, no sentido da configuração de uma estrutura produtiva virada para as exportações, com um padrão de acumulação centrado no estrangeiro e, portanto, com limitado contributo para a industrialização da economia. A agricultura não tem desempenhado a sua função principal na actual fase de desenvolvimento que é o de assegurar a melhoria da dieta alimentar, garantir determinados níveis de segurança alimentar e reduzir a pobreza. A dependência alimentar tem aumentado.

Isto é, a agricultura tem sido um sector a partir do qual existe uma transferência de recursos (excedentes produtivos, com termos de troca dos preços desfavorável e mão de obra), sem que exista a transformação estrutural. Consequentemente, é admissível a verificação da redução da produtividade e dos rendimentos das famílias camponesas, isto é o empobrecimento da agricultura do sector familiar e, portanto, do meio rural e da maioria da população do país.

A transformação estrutural da agricultura está estreitamente articulada com o desenvolvimento do conjunto da economia e da sociedade e exige políticas públicas e intervenções regulatórias e de fiscalização do Estado para se assegurar o equilíbrio do crescimento, processos de inclusão económica e social.

Os pequenos produtores não estão ainda suficientemente organizados e possuidores da consciência de classe de forma a assegurar a defesa dos seus interesses e a estarem representados nos centros de decisão política e económica de forma correspondente ao peso social e económico que possuem em Moçambique.

3. POLÍTICA AGRÁRIA OU A "POLÍTICA DE NÃO TER POLÍTICA"

Do exposto na secção anterior pode compreender-se que, ao longo de décadas, tem havido ausência de prioridade e "inabilidades"/pouco conhecimento no estabelecimento de estratégias e de acções que promovam os pequenos produtores para o aumento da produtividade, da capacidade produtiva (introdução sustentada de inovações tecnológicas e utilização de maiores quantidades de factores, sobretudo da terra e de capital) e de oferta de serviços (serviços técnicos, insumos, mercados de venda da produção, crédito, etc.), para que a agricultura e, em particular, a produção dos produtores de pequena escala, seja uma fonte de rendimento competitiva com outras actividades. Pode questionar-se se a ausência de prioridades e essas inabilidades/pouco conhecimento resultam de incapacidades institucionais ou de ideologias adversas ao pequeno produtor, contrapondo-se com a promoção de médios agricultores e dos "agricultores emergentes", o investimento do capital comercial e industrial de médias e grandes empesas, sobretudo nas produções exportáveis. A dispersão física (*habitat* rural disperso), o nível educacional, a capacidade de investimento e de obtenção de crédito, a escala produtiva, a integração nos mercados, entre outros, são aspectos que têm sido apontados, de forma vaga, como dificuldades na promoção da agricultura de pequena escala que exigem estudos socioeconómicos[68] e de outras áreas de conhecimento.

As acções e decisões relacionadas com os camponeses integram-se no princípio da criação e/ou elevação das funcionalidades na economia e outras actividades, integrado num padrão de acumulação centrado em outros sectores e, sobretudo, no exterior. Mosca (2010: 67), referindo-se às razões pelas quais as grandes empresas produtoras de bens exportáveis (explicitando o caso do algodão e da copra) continuavam operando em Moçambique, não obstante o clima desfavorável e as dificuldades no período imediatamente após a independência, afirma: "Estavam integradas em cadeias de valor, onde o principal objectivo era a acumulação no exterior, o que deveria ser salvaguardado, mesmo com prejuízos em Moçambique". Deste modo, pode concluir-

[68] Pode verificar-se, através dos resultados de pesquisa e de projectos investigação existentes em diferentes instituições públicas de investigação, uma quase completa inexistência de estudos nas áreas das ciências sociais, indispensáveis para a compreensão do meio rural e para o estabelecimento de políticas ajustadas.

se que a acumulação no exterior era (e é) o principal objectivo das cadeias de valor, sendo que, a produção dos pequenos produtores contribuía para o efeito. Estas funcionalidades eram, e são possíveis, considerando os níveis de pobreza e de rendimentos monetários das famílias que, sem muitas opções, permitem a prática do que se designa pela autoexploração familiar no quadro da divisão sexual e etária dentro da família[69].

Em Moçambique sempre se concebeu a transformação do campesinato de cima para baixo, através de medidas políticas e administrativas (cooperativização, estatização e aldeias comunais), ou através da promoção de pequenos "agricultores emergentes" por via do mercado (serviços e comercialização de excedentes, subcontratação, etc.), por meio da introdução de pacotes tecnológicos (por exemplo, a revolução verde[70]), ou de culturas (algodão, tabaco, gergelim, entre outras). Isto é, as transformações surgidas nos discursos, com ou sem aplicação, implicaram (ou poderiam ter implicado), rupturas mais ou menos profundas com os sistemas de produção dominantes, nos equilíbrios sociais dentro das famílias e nas comunidades, e práticas agrícolas agressivas ao ambiente[71]. Este aspecto é, certamente, uma das razões do limitado êxito de algumas medidas adoptadas em diferentes momentos.

Não existiram, nem existem, concepções de transformação do campesinato, supondo melhorias de produção e produtividade, volume de trabalho, possibilidades financeiras de tecnologias demonstradas em produção de pequena escala, adoptadas e integradas nos sistemas de produção, com o objectivo de alcançar os objectivos pretendidos pelos produtores. Uma concepção de desenvolvimento do campesinato, partindo dos sistemas de produção existentes, transformando-os em processos inclusivos e assumidos/soberanos, que correspondam aos desejos, às possibilidades económicas dos produtores e estimulados por políticas públicas favoráveis e mercados crescentemente menos distorcidos[72]. Conforme referido, a transformação agrária e dos camponeses deveria acontecer, simultaneamente, com processos de industrialização que absorvessem os excedentes produtivos e de mão-de-obra gerados pelos incrementos de produtividade. Estes são os pressupostos do modelo dual de Lewis (1954) que não se estão verificando em Moçambique[73]. Consequentemente, cresce a economia informal que cria trabalho precário e gera alguma renda, mas que, a prazo, termina por ser um obstáculo ao desenvolvimento, Mosca (2009 e 2010c).

O objectivo do governo de aumentar a produção e produtividade pode não estar alinhado com o que os camponeses pretendem, por exemplo, redução de riscos, redução do volume e da penosidade do trabalho, melhoria da dieta alimentar, obtenção de renda monetária e equilíbrio

[69] Conceito que pretende expressar as situações em que as famílias, sem alternativas de obtenção de outras fontes de rendimentos e considerando os preços e as condições de mercado, são obrigadas a trabalhar mais para assegurar mais rendimentos, o que, no conjunto, representa uma baixa remuneração do trabalho. Estuda-se, ainda, como, dentro da família, se produzem os rendimentos (lógicas de reprodução da família como unidade económica e social, e como se procede à divisão interna do trabalho), e como esses rendimentos são utilizados/alocados entre os membros do agregado.

[70] Em Moçambique falou-se de revolução verde em finais da primeira década deste século. Porém, não se passou à prática.

[71] Vários estudos, como, por exemplo, o mais recente da Universidade Eduardo Mondlane (2013), indicam a sobre-exploração da florestal praticada pelas comunidades em determinadas condições. Por exemplo, em situação de pobreza, a venda de material lenhoso, carvão vegetal, estacas para a construção, etc., constitui uma fonte adicional de rendimentos, o que pode significar corte de árvores acima do potencial produtivo da floresta. Esta sobre-exploração florestal pode ainda resultar de razões forçadas (conflito armado, calamidades naturais, reassentamentos devido à exploração mineira, etc.), que originam uma elevada concentração de população em determinadas zonas.

[72] Sobre esta concepção, veja, por exemplo, Baptista (2014).

[73] Finn Tarp (2013) apresentou a palestra *The Role of Agriculture in the Development Process* na Conferência do Sector Agrário e Desenvolvimento Rural em Moçambique. *Transformação estrutural e competitividade do sector agrário*, organizada pelo Observatório do Meio Rural, 4 e 5 de Setembro de 2013 em Maputo. Na palestra, Tarp demonstrou a não-verificação do modelo de crescimento e transformação estrutural da economia moçambicana.

com o objectivo da autossuficiência e segurança alimentar, estabelecer equilíbrios entre o uso e a conservação dos recursos naturais (terra, água, pastagens naturais, florestas, etc.), entre outros aspectos[74].

A opção de concepções de desenvolvimento a partir da base e considerando os desejos, possibilidades e recursos locais, exige mudanças significativas nas prioridades e nas formas de actuação da administração pública, isto é, uma administração de prestação de serviços que correspondam às necessidades e desejos dos camponeses através de métodos participativos. Exige que o sistema de ensino forme técnicos habilitados a trabalhar, aprender e formar camponeses e, sobretudo, que possuam os instrumentos metodológicos que permitam estudar a complexidade socioeconómica dos produtores para, a partir dessas realidades, se elaborarem programas que alcancem os objectivos dos camponeses. Implica mudanças nos *curricula* das escolas de agricultura aos diferentes níveis e novos métodos de fazer pesquisa.

Se esta metodologia não for respeitada, corre-se o risco do campesinato adoptar múltiplas formas de resistência às mensagens provenientes de cima para baixo[75], através das burocracias do Estado ou de outras organizações. Por exemplo, quando se subsidia o fertilizante ou se estabelecem linhas de crédito para sua utilização em determinadas culturas não priorizadas pelos camponeses e agricultores de média dimensão, estes poderão "desviar" os insumos e o capital para outras produções priorizadas no quadro dos objectivos da economia familiar ou do médio produtor[76]. A resistência pode assumir formas mais activas como greves, barricadas que impedem a passagem de comboios transportando recursos naturais ou a entrada de trabalhadores numa mina, ou contra a usurpação de terras dos camponeses[77], ou ainda a queima de plantações de projectos florestais que implicaram reassentamentos populacionais e o desrespeito pelos direitos consuetudinários das comunidades.

O exposto nos parágrafos anteriores revela as mudanças repentinas de modelos económicos com suportes políticos e ideológicos muito diferenciados e implementados de forma radicalizada. Primeiro, uma tentativa de implantação de uma sociedade e economia socialista em contexto de subdesenvolvimento e conflitualidade militar e depois da crise das economias socialistas da Europa, seguido do ajustamento estrutural severo *à la IBW* e, finalmente, a emergência de um capitalismo periférico de natureza populista e com mercado selvagem, Mosca (2012). Nestes contextos, as políticas e a gestão macroeconómica foram, no fundamental, sistematicamente "não amigas" dos camponeses. As taxas de câmbio sobrevalorizadas, o desarmamento alfandegário da

[74] Os objectivos e metas desejados por um governo, ou as lógicas reprodutivas de uma economia, no seu conjunto ou dos seus agentes económicos, podem não ser convergentes com os objectivos dos pequenos produtores, Campagne (1982). Por exemplo, quando se pretende maximizar a produção de milho em todo o país, como incentivar os produtores de uma zona excedentária nesta cultura, quando o que eles pretendem é possuir outras fontes de rendimento e de produção no quadro de uma estratégia de diversificação dos rendimentos e da estrutura produtiva, na perspectiva da redução do risco e melhoria da dieta alimentar ou a obtenção de rendimentos fora da agricultura?

[75] As formas de integração/resistência do campesinato à penetração do capital e seus efeitos, assim como às políticas que lhe são adversas, encontram-se estudadas. Veja, por exemplo, Cavailhes (1979). Em síntese, trata-se da capacidade que os agentes económicos possuem (neste caso, os camponeses) de interpretarem os sinais dos mercados e das políticas para, em seguida, adoptarem estratégias produtivas em defesa dos seus interesses, seja numa lógica de integração nos mercados como de resistência aos efeitos previsíveis. Estas estratégias variam em função das lógicas produtivas dos diferentes agentes económicos que, por sua vez, estão relacionadas com o nível de formação, acesso a serviços e aos mercados, sistemas de produção pré-existentes, entre outros factores.

[76] É conhecido o caso do Chókwè, onde os fertilizantes e linhas de crédito destinados a camponeses para o cultivo do arroz foram utilizados na produção de tomate e outras hortícolas, por serem estas as que maiores rendimentos propiciavam aos produtores.

[77] Como já aconteceu em Moatize (bloqueamento da linha férrea e entrada de trabalhadores para as minas), usurpação de terras em vários locais (plantações florestais, projectos agrícolas de grande dimensão, implantação de infraestruturas (segunda circular da cidade de Maputo, Palma, Baixo Limpopo, entre outros).

importação de bens alimentares da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)[78], a baixa alocação de recursos do orçamento público para a agricultura, as debilidades de incentivos para atrair investimento privado nacional e externo de pequena e média dimensão[79], a ausência de políticas de preços e mercados, os subsídios de pequeno montante e inconstantes no tempo, desarticulados entre si e incoerentes quanto aos objectivos, são apenas alguns exemplos.

No que respeita às opções políticas, a questão é saber se as ideologias dominantes optaram por políticas adversas de forma consciente ou se a política será mesmo a de não ter política agrária. O paradoxo ou incongruência aparente destas opções, encontra explicação quando se conhece a natureza do poder moçambicano desde, pelo menos, há 25 anos. Um poder caracterizado pela prática de políticas assentes em recursos da cooperação ou, mais recentemente, de priorização do investimento directo estrangeiro em recursos naturais e outros produtos primários de exportação, reforçando a secundarização dos agentes económicos nacionais e do mercado interno, com pouca geração de emprego ou de valor acrescentado no país. Este tipo de crescimento configura um padrão de acumulação centrado no exterior, em multinacionais e na elite, directamente e indirectamente, relacionada com o poder[80]. Uma elite que detém o poder e dele se utiliza para a obtenção de rendas[81] e formação de grupos económicos aliados ao capital externo, reforçando os mecanismos de reprodução da dependência e do subdesenvolvimento.

Os camponeses não fazem parte das engenharias das alianças económicas, pelas seguintes razões:

- Não são um sector de negócios que atraia, ao nível da produção primária, algum envolvimento das elites em sociedades ou parcerias.
- Os camponeses possuem ainda uma baixa integração nos mercados, de forma a constituírem um sector com influência directa nos fluxos financeiros e de interesses económicos.
- Não constituem uma fonte significativa de receitas do Estado.
- Não possuem influência política, seja pela não representatividade orgânica nas instituições do sistema do poder, como pela nula (ou quase nula), capacidade de *lobby* nos centros de decisão.
- Os camponeses, como classe social ou grupo profissional, ainda não se apresentaram como sendo um factor de instabilidade política.

Contrariamente, os sectores associados às fases secundária (industrialização) e terciária (serviços – importação e exportação de equipamentos e insumos, comercialização agrícola transportes, banca, etc.), constituídos em empresas e com importante peso de capitais externos, constituem aliados económicos de segundo nível do poder e das elites[82]. Igualmente, são aliados secundários

[78] Os produtos alimentares e grande parte do equipamento destinado à agricultura estão sujeitos a uma taxa alfandegária zero. Por um lado, estimula-se a importação de máquinas e insumos, e, por outro lado, a importação de bens alimentares concorre com os produtores nacionais. Assim acontece, por exemplo, com os produtores de hortícolas (sobretudo no Sul do país) e com a produção de arroz. O objectivo central desta política é a protecção do consumidor de baixa renda, sobretudo dos centros urbanos (principais consumidores destes bens), de forma a evitar manifestações e tumultos nos centros urbanos, principalmente na capital, como os verificados nos dias 5 Fevereiro de 2008 e 1 e 2 de Setembro de 2010. Para uma maior compreensão sobre os acontecimentos de 1 e 2 de Setembro de 2010, veja, por exemplo, Mosca (2010a).

[79] Os grandes investimentos, pelo contrário, possuem facilidade de operação, benefícios fiscais e outros incentivos e garantias.

[80] Existe um grande número de documentos e textos que revelam as ligações entre a elite política e a económica, ou, apenas uma elite dominante. A promiscuidade política-negócios e público-privado manifesta-se na formação de grupos económicos, em procedimentos de adjudicação de negócios, nas relações entre as empresas públicas e o Estado, entre outros aspectos.

[81] Veja Brito (2009), que fundamenta a configuração de uma economia e padrão de acumulação centrado na obtenção de rendas.

[82] Segundo Mosca (2012), a cooperação foi, durante décadas, o principal aliado económico do poder, na medida em que os fundos desta fonte chegaram a constituir mais de 60% do financiamento do Estado, quase

as principais cadeias de valor dominadas por capitais externos (algodão, açúcar, caju e tabaco). A soja é uma cultura recentemente introduzida (com suporte financeiro externo) e que se está constituindo em cadeia de valor todavia não dominada por capitais (internos ou externos) e ainda com enfoque na produção primária e para o abastecimento das indústrias de rações.

A integração de camponeses, como produtores de *commodities* em regime de contrato, está introduzindo dinâmicas económicas e sociais no meio rural. Observações empíricas (embora ainda não sistematicamente pesquisadas) revelam a existência de processos iniciais de mobilidades sociais em benefício dos camponeses contratados, reflectidos em aumentos das superfícies trabalhadas, em assalariamento de trabalhadores, nos rendimentos das famílias, em alterações nas técnicas mais produtivas. Isto é, está em curso o surgimento dos "agricultores emergentes", os *kulaks*, ideologicamente combatidos na fase pós-independência.

Os agricultores emergentes poderão, a prazo, constituir uma classe social com dezenas ou centenas de milhares de actuais camponeses. Independentemente das vantagens e riscos económicos, sociais e ambientais da subcontratação e da emergência de "agricultores comerciais", a questão central agrária em Moçambique é a seguinte: como reduzir a pobreza e fazer acontecer a transformação estrutural do campesinato e do meio rural, de modo a verificar-se o progresso e a elevação dos rendimentos e da qualidade de vida da maioria da população rural em processos inclusivos que permitam a criação de riqueza e de acumulação com base social ampliada. Isto é, qual a concepção de desenvolvimento que inclua cerca de 3 milhões de pequenos produtores (com menos de 5 hectares), quase 17 milhões de moçambicanos. Esta parece ser uma questão essencialmente política e ideológica.

As alianças políticas com o campesinato surgem pontualmente, quando o poder se sente ameaçado. Assim foi com a distribuição de terras em meados dos anos oitenta, aquando do avanço da guerra civil para zonas de maior desenvolvimento rural. Anteriormente, a aliança sucedeu durante a luta pela independência, quando a guerra se desenvolveu no meio rural e o campesinato era fundamental para a acomodação/acolhimento dos guerrilheiros, para o transporte de material de guerra ou para o recrutamento de combatentes. Esta aliança não teve continuidade em momentos em que não existia conflito armado.

Porém, os camponeses são o grupo social eleitoralmente maioritário. Assegurar a fidelidade eleitoral a um partido que está no poder há quase 40 anos e que possui uma elevada implantação no território, hegemonia de decisão económica com redução da liberdade dos mercados implicando distribuição de recursos e de rendas entre as elites políticas e económicas, capacidade de propaganda e pressão social, é facilitada devido ao contexto de pobreza, baixa formação e informação, pouca prática da cidadania e, consequentemente, baixo custos de "compra do voto" e vulnerabilidade à manipulação e propaganda política. Nestas circunstâncias, o custo do voto é baixo, traduzindo-se em medidas económicas de curto prazo de acordo com os ciclos políticos de uma democracia recente e plena de distorções, algumas das quais construídas como garante para a sustentação do poder. Mas esta é uma estratégia de curto prazo, não sustentável e, sobretudo, de ética política condenável.

20% do PIB, mais de 95% do investimento na economia, e responsáveis por mais de 70% das exportações. A partir de princípios deste século, o capital privado externo começou a representar a principal fonte de influxos de recursos destinados aos megaprojectos nos sectores de recursos naturais (gás, carvão, areias pesadas e prospecção de petróleo), nas florestas e, em menor escala, na construção civil (sobretudo infraestruturas associadas ao escoamento dos recursos naturais) e no turismo. Assiste-se a uma alteração qualitativa das alianças económicas, principalmente suportadas por interesses externos. Primeiro, com objectivos de influência política e de políticas económicas e, depois, por interesses económicos. Isto é, o capital externo substituiu a cooperação e as instituições financeiras internacionais como principal aliado do poder.

4. RESUMO

Através das políticas praticadas e a alocação de recursos pelo Estado, pode afirmar-se que a agricultura e, particularmente, os camponeses têm sido marginalizados, ou melhor, têm sido perversamente integrados em modelos e padrões de crescimento excludentes. Consequentemente, o desempenho do sector não tem correspondido às expectativas. A produção de alimentos por habitante tem decaído ao longo de várias décadas, o que é compensado com importações pagas maioritariamente por donativos, com a ajuda alimentar em espécie e com as receitas das exportações. Esta realidade, como tem sido prolongada no tempo, tem gerado a reprodução da pobreza e da dependência alimentar. Embora tenha havido alguma tendência para o decrescimento da percentagem da população em situação de pobreza absoluta, o total de pobres aumentou entre 1996/07 e 2008/2009.

Considerando as políticas actuais e os contextos internacionais acerca da ocupação de terras e a produção de *commodities* para exportação realizada por empresas multinacionais, pode vislumbrar-se um cenário preocupante a longo prazo, no que se refere à pobreza e à segurança alimentar nos países pobres que tenham potencial agrícola. Em priores circunstâncias, podem estar os países que possuem reservas de recursos naturais, sobretudo os energéticos, considerando uma sobre-secundarização das políticas agrárias.

As debilidades das políticas agrárias (e/ou a ausência delas), não são somente em relação ao sector produtivo. Reflectem-se na comercialização, no fornecimento de factores de produção, incluindo o crédito, nas relações com as diferentes formas de organização dos produtores e com a sociedade civil, entre outros aspectos.

Para além da não-verificação da transformação estrutural do campesinato, também não existem mudanças significativas na natureza subdesenvolvida da economia moçambicana. Os sistemas e a economia camponesa, no que respeita à dimensão das explorações, tecnologias, produtividade e estrutura/composição produtiva, não são substancialmente diferentes em 2014 daqueles existentes há mais de, pelo menos, cinco décadas.

A não-priorização ou secundarização da agricultura familiar, que realiza mais de 90% da produção alimentar, pode parecer paradoxal. Porém, são encontradas coerências quando se entendem as lógicas do poder que priorizam as opções de políticas públicas em função dos sistemas de alianças políticas e económicas e da configuração de grupos de interesse, utilizando o Estado como instrumento. Os camponeses não fazem parte da aliança política e de suporte económico do poder, e, estes produtores não são fonte de negócios e de rendas que beneficiem directamente as elites do país. O voto rural tem sido, maioritariamente, conquistado através de mecanismos próprios em contextos de hegemonia de um partido sobre o Estado e a sociedade.

Além dos sistemas políticos e económicos que existiram nos diversos períodos, antes e depois da independência, há razões ideológicas que sustentam as opções de políticas. Depois da independência, sucederem-se, primeiro, o paradigma colectivista e, depois, o individualista e o respectivo modelo económico, cujas características se aproximam mais a uma mescla entre o populismo económico e um mercado selvagem, resultante da aplicação de políticas neoliberais desajustadas das realidades. Pode-se referir a uma ideologia política e económica ultra liberal, aplicada de forma voluntariosa, sem consideração pelos efeitos económicos, sociais e ambientais.

É interessante verificar as semelhanças das argumentações económicas e os respectivos suportes políticos e ideológicos, que procuram justificar a inviabilidade da pequena exploração no socialismo e no capitalismo e a convergência na necessidade da solução através de empresas intensivas em capital. Em nenhum momento esteve presente nos discursos, a alternativa do desenvolvimento do campesinato, a partir dos sistemas produtivos locais, num modelo que assegure a soberania e a inclusão de milhões de camponeses, num contexto de transformação estrutural do meio rural e da economia.

O debate acerca dos posicionamentos políticos do campesinato face a processos revolucionários ou em contextos coloniais revelou, no caso de Moçambique, que esta classe social pode assumir posições que perspectivem transformações económicas e sociais. Também existem evidências de que o campesinato reage, inclusivamente de forma violenta, quando persistem situações políticas ou económicas de marginalização e exploração. Por outro lado, a população rural, porque pouco formada, informada e organizada, está ainda vulnerável à manipulação política e à dependência/subordinação económica do Estado, principal empregador e alocador de recursos, muitas vezes com objectivos políticos e eleitoralistas.

Em síntese, a não-priorização dos pequenos produtores é resultante dos modelos de crescimento e de padrões de acumulação, onde as alianças políticas e económicas são, primeiro, a cooperação e, depois, o capital externo, em conexão e facilitado pelas elites locais, que deles beneficiam, configurando uma acumulação interna dependente do padrão externo e assente na obtenção de rendas. Estas são algumas das características do capitalismo periférico e, portanto, ineficiente, e que reproduz os mecanismos de reprodução do subdesenvolvimento.

Não é acertada a frase "política de não ter política". Há política, simplesmente, ela tem sido contra, ou desfavorável, para a agricultura e, particularmente, em relação ao campesinato. Esta opção traduz-se pela priorização de outros sectores económicos e, dentro da agricultura, para as empresas privadas, as cadeias de valor nas fases a montante da produção primária e em culturas de exportação onde se concentra o investimento. Se os camponeses integrados nas cadeias de valor possuem serviços e incentivos, deve-se, sobretudo, à importância da maximização da produtividade por hectare no quadro das lógicas reprodutivas dos padrões de acumulação associados às cadeias de valor. É o que se pode designar, pela eficiência funcional que, através dos mercados assimétricos e de distorções institucionais, contribuem para a elevação da competitividade dos sectores a montante da produção agrícola.

A solução do problema alimentar nos países pobres passa, em primeiro lugar, por opções de modelos de desenvolvimento respeitadores das realidades económicas e sociais dos agentes económicos e das sociedades, pela utilização dos rendimentos dos recursos naturais para assegurar níveis adequados de soberania alimentar. O Estado, o capital e os mercados, por si sós, não são suficientes para que estes objectivos sejam alcançados. Resta à sociedade civil, de diferentes naturezas, formada e informada, a responsabilidade de lutar pelo futuro das próximas gerações. E, dentro da sociedade civil, devem ser os próprios camponeses sob diversas formas de organização, a adquirir capacidades de negociação, reivindicação e luta em defesa dos seus interesses profissionais e de classe. Adquirir, igualmente, condições para o desenvolvimento das suas economias de forma inclusiva e soberana na conquista de um desenvolvimento como liberdade, Sen (2000).

BIBLIOGRAFIA

ABBAS, Máriam (2013). "Investimento". Em *Economia de Moçambique 2001-2010*. João Mosca, Máriam Abbas e Natacha Bruna. Escolar Editora. Maputo.

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON Anders (1994). *Moçambique em transição. Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Tradução de Dulce Leiria. Impresso por CEGRAFE. Maputo.

BANCO MUNDIAL (1986). *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, Banco Mundial.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (2014): "Agricultura, pequenos produtores e população". Em *Aspectos da competitividade e transformação do sector agrário em Moçambique*. Coordenação de João Mosca. Escolar Editora. Maputo. No prelo. Palestra apresentada na Conferência do Sector Agrário e Desenvolvimento Rural em Moçambique. Transformação estrutural e competitividade do sector agrário. Organização do Observatório do Meio Rural. 4 e 5 de Setembro de 2013. Maputo.

BIGGS, Tyler (2011). *Impacto das flutuações da taxa de câmbio na economia de Moçambique.* Programa de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Empresarial de Moçambique (SPEED). USAID. Moçambique.

BRITO, Luís de (2009). *Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda*. IESE, IDEIAS, Boletim Nº 13. Maputo.

CAMPAGNE, Pierre (1982). "État et Paysans: La contradiction entre deux systèmes de reproduction"**.** *Économie Rurale*, nº 147-148, pp. 37-44.

CASAL, Adolfo Yánez (1991). "Discurso socialista e camponeses africanos: Legitimação político-ideológica da socialização rural em Moçambique (FRELIMO, 1965-1984). *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Nºs 14 e 15, pp. 35-75.

CASSAMO, Américo Izaltino (2012). *Despesas Públicas no Sector Agrário: Natureza, Desafios e Oportunidades*. ISCTEM. Tese de Mestrado. Maputo.

CASSAMO Américo Izaltino, MOSCA João e DADÁ Yasser Arafat (2013). "Orçamento do Estado para a Agricultura". *Observador Rural* Nº 9. Documento de Trabalho do Observatório Rural (OMR), Setembro de 2013. Maputo.

CAVAILHES, J. (1979). "El análisis leninista de la descomposición del campesinado". *La evolución del campesinado. La agricultura en el desarrollo capitalista*. Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentación, pp. 327-360. Madrid.

CHAYANOV, A.V. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*, Buenos Aires, (primeira edição, 1925).

CUETEIA Egídio, GUAMBE Dina, NHATSAVE Noémia (2012). "Análise temporal da taxa de câmbio e preços em Moçambique". *Conference Paper* nº 09. IESE. Maputo.

CUNGUARA Benedito (2011). "Sector Agrário em Moçambique: Análise situacional, constrangimentos oportunidades para o crescimento agrário". IFPRI, Maputo. Documento apresentado no "*Diálogo sobre a Promoção de Crescimento Agrário em Moçambique*", 21 de Julho de 2011.

DE MORAIS Isabela Nogueira (2014). "Prosavana e os riscos omitidos da produção sob contrato". Em *Aspectos da competitividade e transformação do sector agrário em Moçambique*, coordenação de João Mosca. Escolar Editora. Lisboa. No prelo.

DE SOUSA, Ragendra (2013). P*rodução de trigo em Angónia. Oportunidade ou voluntarismo económico?* Comunicação apresentada na Conferência sobre o Sector Agrário, 4 e 5 de Setembro. Observatório do Meio Rural. Maputo.

FEIJÓ João e AGY Aleia (2014). *Pequenos produtores: Integração nos mercados, rendimentos e aplicação em zonas de implementação de grandes projectos (Nacala-Porto, Tete e Matola)*. Comunicação apresentada na IV Conferencia Internacional do IESE, 27 e 28 de Agosto de 2014.

FRANCISCO, António e SIÚTA, Moisés (2014). "Poupança Interna Moçambicana: 2000-2010, uma Década Inédita". *IDEIAS*, Boletim Nº 63p. IESE. Maputo.

FRANCISCO, Delfina (2012). *Caracterização socioeconómica dos pequenos cafeicultores de Amboim*. Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural. Universidade Politécnica. Maputo.

FRIEDMAN, Harriet (1980):"Household production and the national economy. Concepts for the analysis of agrarian formations". *The Journal of Peasant Studies*, vol. 7, nº 2, pp. 158-184.

FUNADA-CLASSEN, Sayaka (2014). "Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no "Os mitos por trás do ProSavana"". *Observador Rural* Nº 13. Observatório do Meio Rural. Maputo.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2010). *2ª Avaliação Nacional da Pobreza. Resultados Principais*. Ministério do Plano e Desenvolvimento, apresentação em *power point*. Maputo.

JONE, António (2014). *Efeito da produção de culturas de rendimento nos sistemas de produção: O caso de tabaco em Macanga*. Seminário organizado pelo Observatório do Meio Rural na cidade de Tete. Apresentação em power point. Março de 2014.

HERMELE, Kennneth (1986). "Lutas contemporâneas pela posse de terra no vale do Limpopo. Estudo do caso do Chókwè, Moçambique, 1950-1985". *Estudos Moçambicanos*, n.º 5/6, pp. 53-81.

KAPONDE, Nacimento (2012). *Importância actual do café no rendimento dos pequenos produtores na região de Amboim, Kwanza-Sul, Angola*. Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural. Universidade Politécnica. Maputo.

KAUTSKY, Karl (1970): *La cuestión agraria.* Paris, Puerto-Ibérico.

LEWIS, W. A. (1954) "Economic development with Unlimited Supplies of Labour". *Manchester School of Economics and Social Studies*, vol. 22, nº 2, pp. 139-191.

LONG, Norman (1989):"Introduction: the raison d´être for studying rural development interface*". Encounters at the interface. A perspective on social discontinuities on the rural development.* Wageningen, Agricultural University, pp. 221-243.

MÁRIO, Tomas Vieira (s/ data). *Já ninguém bate palmas…em Palma*. Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação. Maputo.

MARX, Karl (2006): *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.* Centauro. São Paulo.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2008a). *Análise do Crescimento do Rendimento dos Agregados Familiares Rurais em Moçambique 1996-2002: Implicações para o Desenvolvimento Agrário no contexto do ProAgri 2 e PARPA II*. Maputo, Preparado por técnicos da Direcção de Economia, MINAG e da Universidade Estadual de Michigan

MINISTÉRIO DO PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (2010): *3ª Avaliação Nacional da Pobreza*. MPD. Maputo.

MOSCA, João (1999): *A Experiência Socialista de Moçambique (1977-1986).* Editora Piaget. Lisboa.

MOSCA, João (2005). *A Economia de Moçambique, Século XX*". Editora Piaget. Lisboa.

MOSCA, João (2009). *Pobreza, economia "informal", informalidades e desenvolvimento* na II Conferência do IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos) sob o tema Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique, realizado nos dias 23 e 24 de Abril.

MOSCA, João (2010). *Politicas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Escolar Editores. Lisboa.

MOSCA, João (2010a). *1 e 2 de Setembro de 2010: Factos, Análise e Lições*. Debates Nº 2. Documento de Trabalho da Universidade Politécnica. Maputo.

MOSCA, João (2010c). "Informalidades nas Organizações Formais e Desenvolvimento". Comunicação apresentada no Workshop *Trabalho, Sociabilidade, Informalidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono.* Organização do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa. 28 e 29 de Setembro. Lisboa.

MOSCA, João (2012). *Economia Moçambicana 2001-2010: um mix de Populismo Económico e Mercado Selvagem.* CEsA, Working Paper Nº 114. Setembro 2012. Lisboa.

MOSCA João (2014). "Produção alimentar: um problema central por resolver". *Destaque Rural*. Nº3. Observatório do Meio Rural. Maputo.

MOSCA João (2014a). ProSAVANA. *DESTAQUE RURAL* Nº 5, Agosto. Observatório do Meio Rural.

MOSCA, João (2014b): *O Estado do Estado que temos: o caso da aplicação da Lei de Terras.* Canal de Moçambique de 3 de Setembro. Maputo.

MOSCA, João (2014). "Marginación y mecanismos de integración/resistencia de la agricultura familiar en Mozambique". En *Agricultura Familiar en España. ANUARIO 2014*. Fundación de Estudios Rurales. Unión de Pequeños Agricultores y Ganaderos (UPA). Madrid.

MOSCA, João, ABBAS, Máriam e BRUNA, Natacha (2011). "Tendências Recentes da Economia Moçambicana". *DEBATES*, Documento de Trabalho da Universidade Politécnica. Maputo.

MOSCA, João, ABBAS, Máriam e BRUNA, Natacha (2013). Economia de Moçambique. Um *mix* de populismo económico e mercado selvagem. Escolar Editora. Maputo.

MOSCA, João, PEREIRA, Kátia Amreén e DADÁ, Yasser Arafat (2014). Subsídios à Agricultura. *Observador Rural Nº 13*. Observatório do Meio Rural. Maputo.

MOSCA, João e DADA, Yasser Arafat (2013). "Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola". *Observador Rural Nº 5*. Observatório do Meio Rural. Maputo.

MOSCA João, BRUNA Natacha, PEREIRA, Katia Amreén e DADÁ, Yasser Arafat (2013). "Crédito Agrário". *Observador Rural Nº 11*. Observatório do Meio Rural. Maputo.

MOSCA, João, JÚNIOR, António, DADÁ, Yasser Arafat (2014): "Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios". Observatório Rural Nº 21. Observatório do Meio Rural. Maputo.

MOSCA, João, MUCAVEL, Victor e DADÁ, Yasser Arafat (2013). Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário. *Observador Rural Nº 4*. Observatório do Meio Rural. Maputo.

MOSCA, João e SELEMANE, Tomás (2011). *EL DORADO TETE: os megaprojectos de mineração*. Maputo Centro de Integridade Pública. Maputo.

NEGRÃO, José (2001). "Samora e Desenvolvimento". Em *Samora. Homem do Povo*. Editor António Sopa. Manguezo Editores, pp. 51-61. Maputo.

OBSERVATÓRIO do Meio Rural (2014): As questões à volta da terra. *Destaque Rural* Nº 8. OMR. Maputo.

OSSEMANE. Rogério (2009). "Quão fiável é a análise de sustentabilidade da dívida externa de Moçambique? Uma análise crítica dos indicadores de sustentabilidade da dívida externa de Moçambique". *IDEIAS*, Boletim N.º 25. IESE. Maputo.

OSSEMANE, Rogério (2010). "Quadro de análise da sustentabilidade da dívida dos países de baixo rendimento: o caso de Moçambique". Em *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique.* Luís de Brito • Carlos Nuno Castel-Branco • Sérgio Chichava • António Francisco (organização). IESE. Maputo.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2007). *Zoneamento Agrário de Moçambique*. Apresentação em power point. Novembro de 2007. Maputo.

SERRA, Carlos Manuel (2012). "Transmissibilidade dos direitos de uso e aproveitamento da terra em Moçambique." Em *Dinâmicas da ocupação e do uso da terra em Moçambique*. Coordenação de Carlos Manuel Serra e João Carrilho. Publicação do OMR. Escolar Editora. Maputo.

SEN, Amartya (2000): *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras.

SERVOLIN, Claude (1989): *L'agriculture moderne*, Paris, Seuil.

SERVOLIN, Claude (1989a): "La absorción de la agricultura en el modo de producción capitalista". *La evolución del campesinado. La agricultura en el desarrollo capitalista.* Madrid. Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentación, pp. 151-195.

SHANIN, T (1971): *Naturaleza y lógica de la economia campesina*, Editorial Anangrama, Barcelona (consultado em Agosto de 2011). Disponível em http://ieham.org/html/docs.

SHANIN, Theodor (1983). *La clase incomoda. Sociología política del campesinado en una sociedade en desarrollo (Rusia 1910-1925).* Alianza Editorial. Madrid.

SMART, Teresa e HANLON, Joseph (2014). Galinhas e Cerveja: uma receita para o crescimento. Kapicua. Maputo.

TARP, Finn (2013). *The Role of Agriculture in the Development Process.* Palestra apresentada na Conferência do Sector Agrário e Desenvolvimento Rural em Moçambique. Transformação estrutural e competitividade do sector agrário. Organização do Observatório do Meio Rural. 4 e 5 de Setembro de 2013. Maputo.

TSCHIRLEY, David L. e SANTOS, Ana Paula (1999): *The Effects of Maize Trade with Malawi on Price Levels in Mozambique: Implications for Trade and Development Policy.* Research Report No. 34, de 20 de Novembro. Maputo, Ministério da Agricultura e Pescas.

UAIENE, Rafael (2012). "Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique". Em *Contributos para o Debate da Agricultura e do Meio Rural*. Coordenação de João Mosca. Maputo, Escolar Editora, pp. 49-67.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal (2013). *Assessment Of Harvested Volume And Illegal Logging In Mozambican Natural Forest.* Forest Law Enforcement, Government and Trade Support Programme for Africa, Caribbean and Pacific Countries (GCP/INT/064/EC).

WOLF, Eric (1970). *Los campesinos.* Editorial Labor S.A. Barcelona.

WUYTS, Marc (1980). "Economia Política do Colonialismo em Moçambique". *Estudos Moçambicanos,* N.º1. Centro de Estudos Africanos. Maputo.

Nº	Título	Autor(es)	Data
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012
2	**Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?**	**João Mosca e Natacha Bruna**	**Novembro de 2012**
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
4	**Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.**	**João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá**	**Março de 2013**
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
6	**Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique**	**Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes**	**Maio de 2013**
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaiantilal	Junho de 2013
8	**Agricultural Intensification in Mozambique Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages**	**Peter E. Coughlin Nícia Givá**	**Julho de 2013**
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
10	**Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation**	**Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist**	**Outubro de 2013**
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
12	**Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no "Os mitos por trás do ProSavana" de Natalia Fingermann**	**Sayaka Funada-Classen**	**Dezembro de 2013**
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
14	**Investimento no sector agrário**	**João Mosca e Yasser Arafat Dadá**	**Março de 2014**
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem,-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luis Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2014

Nº	Título	Autor(es)	Data
16	**Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala**	**António Manuel Júnior**	**Maio de 2014**
17	**Competitividade do subsector do caju em Moçambique**	Máriam Abbas	Junho de 2014
18	**O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula**	**Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia**	**Julho de 2014**
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
20	**Influência das taxas de câmbio na agricultura**	**João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén**	**Setembro de 2014**
21	Associações de pequenos produtores do sul de moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
22	**Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra**	**Eduardo Chiziane**	**Novembro 2014**
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira, Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter até 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e margens 3 cm e toda a página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.

O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 1011.
Maputo – Moçambique